

Revisão

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA (RAEI)

Avaliação Institucional

Processo de Avaliação

CAE - Vogal Académico

| Instituição de Ensino Superior | |
|---|--|
| Universidade de Cabo Verde | |
| Código do Processo de Avaliação | |
| GU0SV97R | |
| Referência do RAA | |
| https://pd.ares.cv/aes/documents/view/638e124a0c8c1.pdf | |
| Data de inicio da elaboração do RAE/ data da submissão do RAA à CAE | |
| 11:53 - 20/02/2023 | |
| Data de término/submissão do RAE ao CA-ARES | |
| 12:00 - 20/02/2023 | |
| Constituição da CAE | |
| CAE - Presidente | |
| Prof. Doutor Manuel Assunção | |

| Prof. Doutor João Barreiros |
|---|
| CAE - Vogal Académico |
| Prof.ª Doutora Anabela Romano |
| CAE - Vogal Profissional |
| Dr. Herminaldo Sousa Brito |
| Gestor de Procedimentos |
| MSc. Paula Leite Carvalho |
| Data de impressão |
| 06-04-2023 |
| |
| Parte I – Enquadramento da Instituição de Ensino Superior (IES) |

P

1. Apresentação da IES

1.1. Nome Universidade de Cabo Verde 1.2. Localização Cidade da Praia, Santiago, Campus do Palmarejo Grande, 7943-010 - Cabo Verde 1.2.1. Sede Campus do Palmarejo Grande 1.2.2. Campus 1 Praia - Santiago 1.2.3. Campus 2 Mindelo -Ilha de São Vicente

| 1.2.4. Campus 3 |
|---|
| Santa Catarina -Ilha de Santiago |
| 1.2.5. Outros |
| 1.3. Tipologia (Universidade, Instituto Politécnico, Escola não integrada, outra) |
| Universidade |
| 1.4. Natureza Jurídica (Entidade pública, privada, fundação, cooperativa, etc.) |
| Entidade Pública |
| 1.5. Site de Internet (URL) |
| www.unicv.edu.cv |
| 2. Apresentação da Entidade Instituidora |
| 2.1 Nome / Designação da Entidade Instituidora do estabelecimento de ensino. |
| Universidade de Cabo Verde |
| 2.2 Site de Internet (URL). |

3. Projeto educativo, científico e cultural

3.1. Apreciação da pertinência e adequação da missão e do projeto educativo, científico e cultural da Instituição e da sua coerência com a natureza universitária da Instituição, face aos requisitos legais e tomando em consideração o contexto geográfico, económico e social no qual a Instituição opera.

• Está definido e é coerente com a natureza universitária e a sua missão.

• Está definido, mas não é coerente com a missão da Instituição.

• Não está definido.

3.2 Fundamentação PECC.

https://unicv.edu.cv/pt/

53/2006, de 20 de Novembro

2.3 Estatutos.

O objetivo da instituição é claro. Trata-se de uma grande universidade, que acolhe estudantes de todo o país, com um corpo docente dimensionado de acordo com os requisitos legais. A universidade está orientada para problemas relevantes da realidade económica e social do país, abrangendo diferentes áreas científicas e manifesta preocupações de índole social e cultural ajustadas à realidade. Todavia, algumas áreas com potencial estratégico nacional não são cobertas pela oferta formativa atual ou são objeto de cobertura insuficiente.

O artº 3º dos Estatutos da Universidade define os alvos da Uni-CV, (cf. alínea a): "Promover o desenvolvimento humano na sua integralidade, com ênfase nas dimensões científica, técnica, ética, social, cultural e artística, e tendo por paradigma a busca incessante de padrões elevados de qualidade". Ainda que possua linhas de formação orientadas para os requisitos de desenvolvimento do país, fica evidente alguma fragilidade em certas áreas: ciências agrárias e ambientais, desporto (na ilha de Santiago), turismo (planeamento, gestão e intervenção; ecoturismo) e, ainda, na dimensão artística.

Alguns cursos não atingem os requisitos mínimos em termos de número de alunos, o que conduz ao encerramento de alternativas de formação e à recolocação de alunos noutras áreas de formação. A quantificação da perda de estudantes é insuficiente, mas pode estar a assumir valores com algum significado (ref^a a 10% de desistência no Polo do Mindelo). As métricas para o efeito ainda não estão implementadas.

Os objetivos da Instituição estão espelhados no Relatório de Autoavaliação (RAAI). Contudo, a sustentabilidade, cf. Artº 4º, alínea f dos Estatutos da Uni-CV, não está garantida: reduzida dotação financeira pública e dificuldades na arrecadação de propinas, por limitação económica dos estudantes, resultam num orçamento insuficiente. O sistema contabilístico em vigor (contabilidade de caixa) não propicia a melhor abordagem de gestão.

A mobilidade de estudantes e de docentes em formação externa é uma preocupação institucional forte; no entanto, a quantidade de mobilidades face às necessidades de formação pode ser insuficiente em algumas áreas.

As instalações são adequadas em alguns Polos (Praia), mas não adequadas noutros (Mindelo), com lacunas de apoio (residências). O apetrechamento científico e o apoio à formação avançada ainda estão em fase de consolidação.

A opção de criar uma outra instituição pública, centrada em áreas de Ciência e Tecnologia, que assim deixam de existirna oferta formativa da Uni-CV, introduz uma fragilidade no objetivo de "promover a qualificação da nação cabo-verdiana, como fator estratégico do desenvolvimento humano e sustentável do país".

A relação Universidade-Sociedade, ainda pouco desenvolvida em algumas áreas, assim como o precário estado de desenvolvimento da Investigação Científica podem limitar o potencial ao nível da formação de recursos humanos qualificados e da valorização económica do conhecimento.

Resposta da CAE ao contraditório:

Regista-se o reconhecimento da fragilidade de procura de determinados cursos como um passo importante. A consequência desse reconhecimento pode conduzir a: a) uma alteração da oferta; b) uma alteração da promoção da oferta; ou c) o seu redirecionamento para outros públicos. Registamos, igualmente, como significativa a vontade de apostar na área disciplinar do turismo e nas outras áreas mencionadas. É fundamental que a Uni-CV defina objetivos estratégicos para os cursos e áreas em causa e organize as ações decorrentes da opção que vier a considerar mais adequada.

4. Organização e gestão

4.1. Órgãos de gestão da Instituição e da(s) sua(s) Unidade(s) Orgânica(s) estatutariamente consagrados.

- Existem, satisfazem as condições legais e funcionam regularmente.
- Existem, mas não satisfazem as condições legais ou não funcionam regularmente.
- Não existem.



4.2 Fundamentação OGI.

A instituição apresenta Órgãos de Gestão em conformidade com o previsto estatutariamente. O Reitor e a equipa reitoral tomaram posse há menos de um ano, pelo que é de admitir estar ainda a decorrer uma fase de ajustamento dos processos de gestão.

A organização funcional da Uni-CV é baseada na espacialização em três Polos, as verdadeiras unidades funcionais administrativas. Tanto quanto conseguimos observar, os Grupos Disciplinares constituem a unidade funcional de ensino. Os centros de investigação e as cátedras são a base da investigação existente. A partilha e a otimização de recursos físicos e humanos devem constituir uma preocupação central, face à exiguidade orçamental e de recursos humanos especializados. O crescimento de unidades de investigação merece especial cuidado, considerando que a massa crítica especializada para assegurar a sua existência e o seu funcionamento é ainda insuficiente. Eventualmente, deverá existir reflexão sobre o número, estrutura e funções das unidades de investigação e a sua reformulação com vista a uma otimização da estrutura de investigação.

O conceito de Unidade Orgânica pressupõe a existência de níveis de autonomia (financeira, científica, pedagógica, administrativa, funcional) que esta CAE não confirmou durante a visita. Por outro lado, foi sempre referida a virtude funcional dos Grupos Disciplinares, por exemplo na gestão do ensino e na articulação do pessoal docente.

A Uni-CV, essencialmente por razões de ordem financeira, não tem ainda hierarquização da carreira docente. Todos os docentes habilitados com o grau de Doutor, com uma exceção, têm o estatuto de Professores Auxiliares, incluindo o Reitor e a equipa reitoral. Não existindo hierarquia não é possível atribuir responsabilidades com base no mérito e nas competências; nem existe base para esperar voluntarismo dos docentes no exercício de cargos de responsabilidade. Por exemplo, o artº29 (composição do Conselho Científico) não cumpre os Estatutos por ausência de Professores Titulares; tal como é impossível assegurar propostas de júris para concursos para Professor Associado ou Titular sem criar conflitos de interesse entre candidatos e órgão responsável.

A instituição conseguiu criar uma imagem externa que ainda necessita de evolução na consolidação de uma matriz identitária; cursos, áreas científicas, faculdades, escolas e unidades orgânicas estão ainda em vias de conseguir uma identidade científica e pedagógica que as defina. Em particular, a organização dos espaços (a "geografia" da instituição) que deu prioridade a uma concentração de espaços sem relação com as unidades orgânicas e científicas, e em que a centralização em torno da Reitoria é eventualmente excessiva. Esta centralização não propicia o estabelecimento de relações próximas entre docentes/investigadores com interesses comuns, nem fomenta a investigação centrada em temáticas próprias.

A Instituição regista um funcionamento geral adequado.

4.3. É assegurada a autonomia científica e pedagógica da Instituição? Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

4.4 Fundamentação ACP.

A autonomia científica e pedagógica da Uni-CV é salvaguardada pelo Reitor e pelos órgãos de gestão. Contudo, nem sempre é clara a designação das unidades da universidade na webpage, nos estatutos, ou em referências na comunicação social. A CAE recomenda uma clarificação estrutural da orgânica da Universidade.

A elevada interdisciplinaridade, expressa ao nível dos Grupos Disciplinares, contribui para que a Instituição consiga cumprir a sua função e facilita a integração disciplinar entre cursos. Do mesmo modo, importa salientar a flexibilidade na gestão de recursos humanos em termos de serviço docente. Estes pontos merecem uma apreciação positiva pela Comissão Externa.

Fatores como a dispersão geográfica podem limitar funcionalmente o grau de autonomia desejável. Por exemplo, a gestão corrente de instalações de um campus mais periférico (Assomada) requer mecanismos ajustados para realização de despesa. A gestão corrente de unidades ou polos deve ser acompanhada da correspondente autonomia delegada. Sugere-se o estudo de soluções controladas de autonomia, que minimizem os efeitos da dispersão e contribuam para gerir recursos em tempo útil. A abertura e frontalidade que presidiu a toda a visita permitiu reconhecer o imenso esforço de otimização que, contudo, poderia ser facilitado por mecanismos de delegação de competências e de responsabilidades mais flexíveis.

Um aspeto pedagógico importante é a conservação de alunos no sistema, reduzindo o abandono. Este objetivo encerra dimensões administrativas significativas a par de outras. Por exemplo, a flexibilização de planos de pagamentos em atraso tem implicações administrativas gerais, mas repercute-se organizacional e pedagogicamente a nível local. O conhecimento dos perfis e das dificuldades dos devedores, e o resgate da dívida existente, requerem um delicado equilíbrio entre possibilidades e necessidades, com vista à conservação de alunos no sistema e, ao mesmo tempo, ao equilíbrio financeiro da instituição. Este problema administrativo-pedagógico tem consequência na disponibilização de oferta formativa, no seu encerramento eventual, na alocação de recursos, etc. e pede sensibilidade e muita atenção.

O desenvolvimento de uma política geral e coerente de investigação é essencial; a evolução para uma investigação partilhada e o aumento da massa crítica são indispensáveis. A interdisciplinaridade, referida no relatório de autoavaliação, só será possível com uma evolução do individual para o coletivo. O isolamento dos investigadores é agravado por uma interação limitada entre docentes de polos diferentes. A desejável ligação a grupos de investigação internacionais, mesmo que por meios telemáticos, será determinante da evolução pretendida.

Não foi possível à CAE entender o modo como a organização por Unidades Orgânicas tem vindo a dar substância relevante à estruturação científica da Uni-CV.

Resposta da CAE ao contraditório:

Verificou-se um erro na transcrição do texto relativo ao campo 4.4 para a plataforma. O texto correto já está reproduzido em cima

Tendo isso em conta, os comentários do contraditório reportam-se, de facto, ao ponto 4.6 (e não ao 4.4) ao qual a nossa resposta, naturalmente, também diz respeito.

4.5. É assegurada a participação dos docentes, investigadores e estudantes na gestão da Instituição? Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

4.6 Fundamentação PIM.

A participação de docentes e investigadores está, no geral, assegurada. Contudo, refere-se a impossibilidade de organizar a participação dos docentes no seio de uma estrutura hierarquizada por categorias, mérito, competências e responsabilidades.

A implementação de um sistema de Garantia de Qualidade contribuirá para aumentar e qualificar níveis de participação. Tal sistema tem, entre outras virtudes, a função de desbloquear problemas de comunicação e apelar à participação de setores menos ativos (designadamente a participação dos estudantes em órgãos da Uni-CV). De facto, embora a Reitoria tenha manifestado a vontade de conseguir uma participação mais ativa e eficaz dos estudantes, a CAE observou que a representação, a efetiva representatividade e a consciência dela por parte da generalidade dos estudantes apresentam notórias assimetrias entre polos e entre órgãos. Em particular, não foi possível confirmar a presença ou a participação ativa de Estudantes em diversas instâncias. De natureza mais evidente, será de aconselhar um reforço da participação dos Estudantes no Conselho Pedagógico, e a visibilidade generalizada dessa participação e dos representantes envolvidos, dada a importância deste órgão na vida académica e no projeto educativo da Instituição. Foi também referido o baixo contributo dos estudantes na eleição do Reitor, que em nada contribui para um papel mais interventivo e dinâmico, por todos desejado, dos estudantes no desenvolvimento progressivo da Academia. Em todo o caso, realça-se a participação vibrante, para além de extensa no número e na duração, dos estudantes neste exercício de avaliação externa, indicadora do entusiasmo com que vivem a sua Universidade. O equilíbrio dos contributos dados, apontando o que está mal ou em falta, mas também sublinhando as coisas boas, tem que ser considerado como um aspeto muito positivo.

A configuração orgânica situa o Conselho de Ética e o Provedor do Estudante na esfera de atuação do Conselho Pedagógico. Esta Comissão sugere a sua autonomização relativamente ao Conselho Pedagógico, e o seu posicionamento independente na orgânica geral da Instituição. Do mesmo modo, o Conselho Disciplinar deverá funcionar em modo autónomo, para assegurar uma completa independência instrutória.

O papel dos investigadores, quer assuma a formalidade de carreira quer se trate de docentes com função prioritária de investigação, não está devidamente reconhecido na estrutura orgânica da Universidade e, desse modo, não contribui para o ecossistema de investigação desejável para a Universidade.

Resposta da CAE ao contraditório (ver 4.4):

O reconhecimento da função dos investigadores tem o seu lugar estatutário e regulamentar bem definido. Contudo, importa dar peso real aos investigadores na atividade corrente da Uni-CV e integrá-los mais ativamente nas opções estratégicas da universidade. A CAE reconhece o que já foi feito, mas não pode deixar de salientar o que ainda importa fazer, incluindo a implementação do estatuto de investigador, conforme aliás mencionado. Constata-se a necessidade de um maior reconhecimento dos investigadores por parte da academia e da sociedade, imprescindível para aumentar o potencial de geração de investigação própria e de fomento de parcerias internacionais de investigação.

4.7. Sistema interno de garantia da qualidade.

- Existe, a nível da Unidade Orgânica (segue para 5).
- Está definido a nível Institucional (segue para 4.8).



4.8. Apreciação do estado do sistema interno de garantia da qualidade definido a nível Institucional.

O Conselho para a Qualidade e Avaliação é estatutariamente determinado (artº 17º, de 2016). Todavia, este sistema apenas foi criado em 2019 e só iniciou a sua operacionalização em 2022. Foram nomeados seis membros, cumprindo o preceituado pela lei, estando atualmente em preparação Comissões Permanentes para a Qualidade que venham a refletir a estrutura das unidades orgânicas. O objetivo é a aposta na formação e na produção de instrumentos adequados. Foram definidas como prioridades a criação do sistema de recolha e tratamento de dados, para análise de cursos e serviços, e a construção de um quadro de indicadores. Serão pontos centrais do sistema de Qualidade a Dimensão Pedagógica, a Formação, o Desempenho Docente e a Assiduidade.

A Comissão de Avaliação Externa sugere a seleção de um número de indicadores parcimonioso e estável, com vista à disponibilização fácil de métricas operacionalizáveis e que sejam de apropriação simples pela generalidade dos atores universitários. Deverá ainda ser objeto desta unidade uma especial atenção para com a criação de uma cultura de qualidade, transversal à Universidade, que reflita as realidades das unidades, polos, grupos disciplinares, e ainda dos órgãos e estruturas transversais; e que seja vivida por todos. Os Estudantes, peça essencial da valorização da Qualidade, devem ser parte ativa do trabalho. A preservação de processos eficientes e a redução da complexidade administrativa são centrais no processo. Importa, acima de tudo, que as recomendações tenham consequências.

A informação obtida por questionários, que é essencial para alimentar um bom sistema de informação, pode e deve ser complementada com informação de natureza quantitativa, recolhida diretamente em sistemas de informação gerais da Universidade.

O desenvolvimento de uma Cultura de Qualidade, e do sistema que a suporta, é um processo essencial na construção de uma universidade moderna, que deve ser prosseguido afincadamente e com uma grande preocupação formal. O cuidado com a seleção dos participantes mais ativos e representativos, e o recurso, sempre que necessário, à auscultação mais ampla e generalizada de todos os membros da universidade, não pode impedir a implementação célere do processo avaliativo.

5. Ensino

5.1. Procura e acesso.

A Instituição tem uma política de recrutamento de novos estudantes? Apreciação das políticas institucionais de promoção do recrutamento de novos estudantes, incluindo a admissão de maiores de 25 anos.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

5.2 Fundamentação PA.

O relatório de autoavaliação não evidenciou uma política explícita de recrutamento de novos estudantes. No entanto, foi possível verificar que existem ações sistemáticas de captações de novos estudantes em ligação a escolas do Ensino Secundário e a um conjunto de visitas à Universidade organizadas, em particular, pela(s) Casa(s) da Ciência cuja ação é reconhecidamente importante. As visitas externas de potenciais candidatos são valorizadas pelos órgãos de gestão, pelos serviços da Universidade e pelos docentes, que sentem que se trata de uma excelente oportunidade de divulgação. Não foi possível obter informação suficiente para avaliar a política de admissão de maiores de 25 anos.

A participação social e algumas iniciativas mediáticas de docentes são consideradas formas importantes de sensibilização e cativação de novos estudantes.

A página web da Uni-CV foi reconhecida como um importante meio de comunicação. No entanto, a organização da informação e a disponibilização de sinopses de cursos deve ser melhorada. Esta recomendação foi corretamente identificada pelos estudantes, que referiram o carácter incompleto e demasiado hermético da página.

A logística da divulgação também justifica alguns melhoramentos: facilitar o acesso à Universidade e melhorar o sistema de transportes para visitas foram aspetos referidos.

O Polo da Assomada, enquanto estrutura descentralizada de promoção e afirmação da presença da Uni-CV, deve ser usado da melhor maneira possível. Ter um Polo na Assomada é essencial para dar a conhecer a existência da Universidade. Na globalidade da instituição, e em geral, parece existir espaço para uma melhor divulgação, com um marketing mais afirmativo e com superior evidência das boas iniciativas da Uni-CV. Aliás, o confronto com o marketing de concorrentes privadas foi referido como desfavorável à Uni-CV.

A política de mobilidade estudantil tem de ser pensada como fator de atração, devendo ser cuidadosamente divulgada. Não existe referência a dados sobre empregabilidade, o que constitui uma limitação da atratividade dos cursos.

Foi reconhecida alguma limitação nas candidaturas a bolsas, instrumento essencial para a frequência de ensino superior, quer por desconhecimento dos canais de apoio existentes, quer por dificuldades nos serviços. O apoio à preparação destas candidaturas é um aspeto a melhorar. A referência pelos estudantes à limitação do montante e do número de bolsas, bem como aos critérios governamentais da sua atribuição, merecem atenção.

A disponibilidade verificada de lugares em residência pode ser utilizada como elemento de apoio social mais direto, constituindo uma ferramenta potencial de gestão ao dispor da Uni-CV que, certamente, seria importante para a atração de estudantes. A Uni-CV deve considerar a gestão das camas disponíveis na residência como um elemento possível para uma política de apoio social próprio, sem prejuízo do enquadramento legal vigente.

5.3. Sucesso escolar.

A Instituição tem políticas para promover o sucesso escolar e a integração dos estudantes? Apreciação dos resultados do ensino em termos de sucesso escolar (prossecução dos objetivos de aprendizagem, taxas de progressão, retensão e abandono, tempo médio de conclusão do curso) e das estratégias para promover esse sucesso e a integração dos estudantes.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

5.4 Fundamentação SE.

O relatório de autoavaliação não refere indicadores de sucesso. A razão principal desta dificuldade reside, sem dúvida, na precaridade do sistema de garantia de qualidade, que está a dar agora os seus primeiros passos. Porventura, a circunstância de os estudantes não terem sido suficientemente ouvidos, no momento de elaboração do relatório de autoavaliação, teve reflexos nesta omissão de informação.

Por observação no local, pudemos confirmar a capacidade atual do sistema informático para a quantificação direta e imediata dos indicadores de sucesso mais importantes. A quantificação de alguns descritores é muito importante e, certamente, o número de desistências, o tempo médio para a conclusão do curso, a razão da desistência, etc. são essenciais para a criação de políticas de integração e conservação dos estudantes. Por essa razão, o Sistema de Garantia de Qualidade deve ser implementado rapidamente, para alimentar com informação o desenho de políticas e medidas de promoção do sucesso escolar.

Os estudantes referiram repetidamente o insuficiente apoio psicológico.

Também nem sempre parece ser fácil o acesso aos coordenadores de curso, o que pode ter impacto na qualidade doensino e, subsequentemente, no sucesso em algumas disciplinas.

Os estudantes referiram, ainda, a falta de ajustamento de programas e conteúdos de algumas disciplinas com insucesso mais elevado, bem como a coexistência de alunos com graus de preparação muito distintos numa mesma disciplina. Foi também mencionada a excessiva repetição de um mesmo professor em várias disciplinas.

A disponibilidade de elementos de estudo e de suporte bibliográfico pode ser melhorada, sobretudo no Polo da Assomada. A biblioteca do Polo da Praia foi bastante valorizada pelos estudantes, o que se soma à constatação direta, muito positiva, que a CAE pôde fazer. Deve ser ponderado o modo de aumentar o período de funcionamento das bibliotecas. Pode, inclusive, haver aqui margem para prestação de serviço por parte de estudantes que venha a constituir outra forma de apoio social próprio da Uni-CV. A carência de materiais que foi detetada é compensada pela disponibilização, generosa e frequente, de elementos de estudo por parte dos docentes, o que constitui um ponto muito positivo no entender dos estudantes.

Os programas de mobilidade deverão garantir, antecipadamente, mediante contrato de estudos, as necessárias equivalências no momento de regresso à Uni-CV. Esta preocupação prende-se com as boas práticas da mobilidade estudantil e com a boa gestão de recursos.

O papel das Associações de Estudantes em matéria de sucesso escolar deve ser reforçado. No Polo da Assomada foi-nos dado assistir ao apoio da Associação de Estudantes a colegas com dificuldades ou atrasos no processo de aprendizagem, por razões diversas, o que é de louvar. Nos outros Polos não nos foi possível encontrar uma dinâmica equivalente.

Resposta da CAE ao contraditório:

A CAE está ciente das limitações horárias aplicáveis. Sugere-se que sejam consideradas alternativas de extensão que promovam o hábito de estudo em bibliotecas, o que pode constituir um apoio muito significativo a estudantes carenciados. A função social das bibliotecas, num país com as características de Cabo Verde, é muito importante e pode ser um temperador de desigualdades sociais e um promotor de sucesso escolar.

5.5. Ligação à investigação.

A Instituição adota medidas que garantem o contacto dos estudantes com a investigação desde os primeiros anos? Apreciação das estratégias adotadas para assegurar o contacto dos estudantes com a investigação desde os primeiros anos.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

5.6 Fundamentação LI.

A débil atividade científica na generalidade das áreas científicas não permite uma participação massiva e regular dos estudantes em projetos de investigação. Apesar desta debilidade, foram referidas algumas áreas, como a Saúde, em que estudantes participam em projetos de investigação mais recentes. O envolvimento crescente de alunos de 4ºano parece ser uma realidade. Esta dinâmica é muito positiva e deve ser generalizada, à medida do próprio desenvolvimento da investigação; esperando-se que quando o "ecossistema" de investigação venha a registar uma dinâmica mais acentuada, haja tendência para a incorporação progressiva de mais estudantes. Contudo, importa referir que não haverá incorporação de estudantes em projetos de pesquisa enquanto não existirem rotinas de investigação bem instaladas.

A criação ou aprofundamento de estruturas de apoio ao empreendedorismo será uma forma de contribuir para o desenvolvimento de ideias e para a participação dos estudantes na criação de novos processos e produtos. Espera-se que o Centro de Empreendedorismo tenha um crescimento acentuado que permita a sensibilização e a integração progressiva de mais estudantes em práticas inovadoras.

A evolução internacional de políticas de investigação em universidades mostra que a qualidade da investigação produzida, e mesmo da formação ministrada, está associada à participação ativa dos estudantes em projetos de investigação e de ligação à comunidade desde o início da sua preparação universitária.

A Uni-CV tem uma excelente oportunidade para aprofundar uma dinâmica integradora de estudantes, ao nível da investigação e do empreendedorismo, que seja ela própria um incentivo à permanência dos estudantes no sistema e um contributo para a valorização pública da Universidade.

5.7. Inserção dos diplomados no mercado de trabalho.

A Instituição promove de forma eficaz a monitorização da empregabilidade e o apoio aos estudantes para a sua inserção no mercado de trabalho? Apreciação das políticas institucionais de apoio à inserção dos diplomados no mercado de trabalho e de monitorização do trajeto dos diplomados.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

5.8 Fundamentação IDMT.

O relatório de autoavaliação é, no geral, omisso em relação a esta matéria. Este facto advém da já referida inexistência de serviços de garantia de qualidade, que recolham e tratem informação e monitorizem todo o processo, com base em critérios adequados e previamente estabelecidos.

As taxas de conclusão de curso, a duração dos cursos, o tempo para obter primeiro emprego, a empregabilidade na áreade formação ou noutra, a estabilidade do emprego, o nível remuneratório e a perceção da adequação da formação às exigências do mercado profissional, são indicadores da maior importância. Aqui, como na questão do sucesso escolar, a visita e, em particular o contato com os estudantes, fez-nos perceber realidades muito distintas, de curso para curso e de área para área, em termos de taxas de empregabilidade e de preparação específica para o mercado de trabalho. No âmbito deste último ponto, com impacto igualmente na divulgação das formações, foi mencionada a necessidade de uma política abrangente de ida regular às empresas antes do período dos estágios.

Estes indicadores serão de grande importância na evolução do sistema de garantia de qualidade e, no futuro, de um observatório de empregabilidade associado a um gabinete de estágios e saídas profissionais que promova a integração de estudantes e graduados no mercado de trabalho. Esta conjugação funcional de estruturas contribuirá, decisivamente, para facilitar a empregabilidade e a articulação com a sociedade. O desenvolvimento de feiras e iniciativas, para apresentação dos licenciados e mestres a quem recruta, é um passo essencial para fomentar a empregabilidade. A ligação entre a Uni-CV e os empregadores constitui uma forma eficiente para aumentar a atração de novos e melhores estudantes, além do natural fomento da qualidade do emprego.

Foi referida, em vários momentos, a elevada empregabilidade de graduados. Em algumas áreas, contudo, a ameaça colocada pela exaustão de postos de trabalho compatíveis deve ser considerada, dados os ritmos de produção de graduados pela Uni-CV e por outras instituições de ensino superior concorrentes. A escala demográfica e o nível de desenvolvimento económico de algumas áreas de atividade em Cabo Verde aconselham uma monitorização prospetiva muito cuidada. Em paralelo, o fomento da criação de empresas parece constituir um elemento essencial de uma estratégia de empregabilidade a longo prazo.

6. O corpo docente

6.1. A Instituição dispõe de um corpo docente e tem uma política de recrutamento? Apreciação da adequação da dotação global do corpo docente da Instituição e respetiva qualificação, estabilidade e grau de envelhecimento

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

6.2 Fundamentação CD.

A Uni-CV respeita todos os critérios de qualificação do corpo docente. O esforço de qualificação com o grau de doutor é uma preocupação louvável da instituição. Os docentes referiram que os meios de apoio à qualificação dos docentes podem ser melhorados, designadamente, naquilo que se refere a mecanismos de substituição dos docentes em períodos de formação ou ao apoio a deslocações e estadias.

Será importante que a formação avançada seja canalizada para prioridades da instituição em articulação com as necessidades do país, sendo menos prioritária a formação em áreas em que já existam recursos humanos qualificados. O cuidado com a procura de áreas promissoras e emergentes, que satisfaçam claras necessidades sociais e económicas, é uma preocupação que deve sempre acompanhar a estratégia da universidade.

A política de recrutamento, que neste momento parece apenas depender de necessidades pontuais no campo da docência, e a qualificação de recursos humanos, não podem deixar de estar explicitamente subordinadas a esta estratégia.

O ponto mais importante que a CAE detetou na Uni-CV é a ausência de condições e de uma estratégia para progressão na carreira docente. Este problema subsiste desde a criação da Universidade. O principal obstáculo à progressão é a insuficiente dotação orçamental, reconhecida pela CAE. A existência uma carreira adequadamente estratificada em pirâmide é uma condição indispensável para garantir a motivação dos docentes, o estímulo à produção de conhecimento e os desejáveis níveis de coordenação e diferenciação, quer de conteúdos funcionais quer de responsabilidades.

A CAE considera decisivo que se operacionalize uma relação entre a Uni-CV e a tutela no sentido de assegurar dotações orçamentais que permitam a implementação de uma contínua abertura de concursos para progressão de carreira. Os critérios para a progressão devem ser claros e definidos previamente, de modo a tornar evidente uma política concreta de progressões. A determinação das áreas prioritárias para progressão deve fazer parte da estratégia de desenvolvimento institucional.

A progressão na carreira e a aplicação do regime de dedicação exclusiva merecem a máxima atenção, apesar das limitações conhecidas do financiamento. Estas limitações convidam à dispersão dos docentes em colaborações, nomeadamente com outras IES. A ausência de progressão na carreira e a não existência real do regime de dedicação exclusiva (apesar do seu reduzido valor compensatório) têm forte impacto negativo na adesão dos docentes a tarefas de investigação e de aperfeiçoamento curricular: por um lado, por falta de incentivo pois, independentemente da qualidade e quantidade da produção científica, não há progressão; e por outro, porque não se restringe a acumulação de prestação de serviços.

Os meios disponíveis não nos possibilitaram aceder a informação sobre a idade média e a distribuição etária dosdocentes, o que impede ilações sobre o envelhecimento e a renovação do corpo docente.

7. A atividade científica e tecnológica

7.1. Políticas de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico.

A Instituição tem uma política para a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico, e para a sua valorização económica? Apreciação das políticas institucionais de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico, incluindo a valorização económica do conhecimento.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

7.2 Fundamentação ACT.

A Uni-CV deu um importante primeiro passo com a criação de um "ecossistema de investigação", subordinada a dois eixos: (1) Mudança de uma universidade de ensino para universidade de investigação; e (2) Valorização da formação docente.

A criação de protocolos com outros países e com entidades da sociedade pode ajudar a estabelecer bases mais sólidaspara a investigação científica. Há consciência do papel da diáspora, quer quanto ao apoio à internacionalização quer quanto à criação de uma estratégia de financiamento externo; principalmente quando é conhecida a dimensão da comunidade caboverdiana na América do Norte onde a cultura do mecenato está muito enraizada. O Contrato-programa assinado prevê a participação de players externos em áreas como a transição digital. Tal pode constituir uma importante oportunidade para o desenvolvimento da Uni-CV. As condicionantes de natureza financeira, a ausência de uma carreira docente estruturada e com hierarquia funcional, e a estrutura ainda muito recente do ecossistema de investigação inibem, por enquanto, quer a

definição de uma política clara de desenvolvimento científico quer a operacionalização de uma estratégia bem-sucedida.

O estado embrionário do ecossistema de investigação não favorece a integração de recursos humanos, nomeadamente os mais jovens, em práticas ativas de investigação. Seria desejável que estudantes de licenciatura e de mestrado fossem integrados em projetos de investigação em curso, como previsto no Plano de Atividades 2019-22 (p.21). Observámos alguma dinâmica na área da Saúde, com o desenvolvimento de alguns projetos que envolvem a comunidade e estudantes ou recém-graduados.

A fragilidade ao nível de meios laboratoriais não assegura uma prática generalizada e regular de investigação nem o ensino generalizado de base experimental; não se detetou uma linha de prioridades para aquisições de equipamento científico.

A referência a verbas geradas por projetos que são usados como semente financeira da investigação é interessante, mas o seu efeito económico é certamente reduzido.

O sistema de avaliação de desempenho, que prevê como um dos critérios a produção científica, não pode, de facto, ser aplicado.

A estrutura de investigação criada (8 centros de investigação e cátedras; 7 Centros em fase de instalação) pode ser excessiva face ao número de doutorados existente e não ajudar à formação de massa crítica. A Uni-CV evoluiu de um sistema pensado em redor de mais de 20 unidades para esta estrutura, mais simplificada, ainda assim eventualmente excessiva. Face à escassez de recursos, será prudente apostar numa organização simples e funcional, orientada para áreas prioritárias, em que existam capacidades instaladas e que correspondam a prioridades nacionais (ex: Ciências Agrárias, Ciências do Mar, Turismo, Desporto). Por exemplo, o desenvolvimento de uma Escola de Artes, com valorização da Música, Artes Performativas e Belas Artes, poderia constituir uma interessante possibilidade.

7.3. Políticas de prestação de serviços à comunidade.

A Instituição dispõe de uma política institucional consistente para a prestação de serviços à comunidade, adequada à sua contribuição para o desenvolvimento regional e nacional? Apreciação das políticas institucionais para a prestação de serviços à comunidade (incluindo as atividades de promoção cultura, artística e desportiva) e da sua contribuição para o desenvolvimento regional e nacional.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

7.4 Fundamentação PPSC.

Está prevista a criação de estruturas de prestação de serviços, o que constitui um passo importante para o desenvolvimento da Uni-CV.

Conforme informação prestada por stakeholders, será importante dinamizar estruturas de criação de empresas (havendo neste momento maior sensibilidade para a economia verde, a economia azul parece ser, a exemplo de outras, uma aposta em falta) e o apoio direto à comunidade (ex. ensino de línguas). A promoção do ensino de línguas no contexto da subregião onde Cabo-Verde se insere (de fala predominantemente francesa ou inglesa) afigura-se oportuna, tendo também presente o papel da atividade turística no país. E será necessário, em geral, olhar as metas para Ensino Superior no quadro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030.

A colaboração na preparação dos programas do 10º ano e a participação na elaboração de programas desde o 5º ano é positiva, pois contribui para a criação de uma continuidade e coerência da formação.

A cooperação com autarquias e empresas no âmbito da Transição Digital, Alterações Climáticas, Gestão de Recursos Hídricos e Energias Renováveis são exemplos de áreas estratégicas em que Uni-CV deve ser parceiro prioritário. Esta prestação de serviços será essencial ao desenvolvimento sustentado da Uni-CV, tanto na articulação de projetos de investigação quanto no domínio da sustentabilidade financeira, constituindo uma importante ajuda ao desenvolvimento nacional.

Regista-se, positivamente, a existência de um Centro de Empreendedorismo com um Diretor e uma equipa que já trabalharam vários projetos. A área da criação de empresas é central à terceira missão universitária e é essencial na relação da Uni-CV com a sociedade e enquanto contributo para o fomento de emprego e produção de riqueza. Espera-se que o empenho que a Reitoria demonstra em relação a este vetor possa ter o devido aprofundamento.

A CAE recomenda uma análise prévia, cuidada, das áreas de atividade a que deve ser dada atenção muito especial para que a consequência de iniciativas reverta a favor da imagem da Uni-CV, dos seus docentes e dos estudantes que participem nessas ações.

7.5. Políticas de captação de receitas próprias.

A Instituição tem uma política de captação de receitas próprias e o seu nível é adequado? Apreciação das políticas institucionais para a captação de fontes de financiamento alternativas e da adequação do nível de receitas próprias obtidas nos últimos três (3) anos.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

7.6 Fundamentação PCRP.

A captação de receitas próprias pela Uni-CV é ainda muito reduzida. Durante a visita foi evidenciada a consciência de potencial da diáspora para a angariação de receitas próprias conforme, aliás já mencionada neste relatório. No entanto, esta oportunidade ainda não se traduziu em resultados satisfatórios. A captação de recitas próprias depende, em primeira análise, da adequação da ação que a precede. Para tal será vantajoso contar com um grupo de trabalho ou serviço especializado que detete, analise e promova a captação de recitas próprias associadas a projetos com financiamento externo ou autofinanciados.

Existe um princípio de reinjeção de overheads que, talvez pelo facto de a nova equipa reitoral ser relativamente recente, não tem ainda resultados visíveis. O aluguer de espaços foi referido como potencial de receita própria, mas o seu impacto orçamental em cada ano económico não é conhecido.

A receita de propinas é, sem dúvida, uma parcela decisiva na estrutura orçamental. A cobrança de propinas em atraso, cujo montante não foi possível apurar, não pode ser controlada sem a alteração do regime contabilístico "de caixa" e sem um domínio apertado dos diferimentos. Este facto introduz uma indeterminação do valor a arrecadar em cada ano, nomeadamente porque os planos de pagamento de propinas em atraso são ajustados caso a caso.

A gestão das disponibilidades em residência pode ser uma contribuição para o aumento da receita própria dauniversidade,

em alternativa ou em complemento à utilização das camas vagas para apoio social.

Os programas de mobilidade académica e não académica podem ser entendidos como receita própria para financiamento direto da mobilidade e daí a importância do aprofundamento de uma política que os favoreça.

A disputa por meios financeiros é uma matéria de grande importância, sobretudo num país com uma economia precária em muitos setores e em que a concorrência por recursos é acesa. Merece referência a necessidade de monitorizar programas da concorrência privada.

8. Políticas de colaboração nacional

8.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a cooperação com outras Instituições nacionais? Apreciação das políticas institucionais para a cooperação com outras instituições nacionais.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

8.2 Fundamentação PNC.

No triénio em análise, a colaboração interna ao país esteve sobretudo orientada para iniciativas pontuais (seminários, conferências, etc.) e para alguns projetos. O relatório não indica colaborações significativas a nível de instituições de ensino superior, embora refira cooperação com autarquias e instituições privadas, algumas pouco especificadas, num total de 42 protocolos assinados, segundo o relatório de autoavaliação. Presumivelmente, os estágios profissionalizantes são enquadrados por acordos e protocolos. Existem protocolos com múltiplas autarquias e com a generalidade das estruturas de governo.

As ligações com Escolas Básicas e Secundárias parecem constituir uma âncora importante, com efeito significativo na captação de futuros alunos.

A política de colaborações é positiva e justifica alguma reflexão estratégica para a sua otimização, priorização e ampliação. O valor destas colaborações é de grande importância para a Universidade, em particular para a promoção do seu bom nome e prestígio, com consequências em atividades diversas e na atração de alunos. Este aspeto foi enfatizado pelos participantes em várias reuniões, durante a visita.

9. Políticas de internacionalização

9.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a internacionalização? Apreciação das políticas institucionais para a internacionalização.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

9.2 Fundamentação PIM.

Existe uma forte parceria com Portugal, Brasil, Estados Unidos, Espanha, China. A colaboração com instituições e organizações do continente africano são mais difíceis porque não há programas organizados para financiamento e suporte a possíveis iniciativas de internacionalização.

Está em preparação um consórcio com universidades americanas que já prestam apoio ao Instituto de Língua Inglesa. A colaboração com o Canadá está, igualmente, em preparação.

Existe uma mobilidade importante a nível Erasmus, que sustenta mobilidade de docentes e estudantes com boascondições de apoio.

A colaboração com a Universidade de Coimbra na área da Medicina (20 alunos/ano) é relevante. Para além deste mestrado merecem referência o mestrado internacional em Descarbonização Energética para Países Insulares em parceria com a Universidade de La Laguna e o Mestrado em Epidemiologia de Campo, em parceria com a Universidade Nova de Lisboa, financiado pela European & Developing Countries Clinical Trials Partnership (EDCTP).

O relatório refere a mobilidade com a China, graças ao Instituto Confúcio, com os EUA (Fullbright, American Corner), Portugal (Instituto Camões) e França (Instituto de Língua Francesa).

A qualidade de uma universidade está, comprovadamente, ligada ao seu grau de internacionalização. Faria sentido haver uma pró-reitoria ou uma vice-reitoria para a Internacionalização, que se justifica, desde logo, pelos protocolos e cooperações, e pelo facto de nos últimos três anos terem sido implementadas 46 mobilidades IN e 227 mobilidades OUT de estudantes, docentes e funcionários. Os programas de mobilidade (out) acarretam um constrangimento a ultrapassar no que se refere à inexistência de contratos de estudos. Este problema, já citado, foi, amplamente, referido pelos estudantes.

A CAE valoriza a preocupação da instituição em assegurar o reconhecimento de diplomas a nível internacional.Julgamos que a componente de internacionalização em matéria de investigação precisa de um enorme impulso. A associação a grupos de investigação internacionais será determinante na formação, nos índices de publicação e na ultrapassagem de situações de isolamento decorrentes da inexistência de massa crítica local.

10. Instalações

10.1. A Instituição dispõe de instalações com as características exigíveis à ministração do ensino universitário? Apreciação da adequação das áreas disponíveis em instalações de uso comum às Unidades Orgânicas e demais setores da Instalações e do seu estado de conservação.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

10.2 Fundamentação FA.

A Uni-CV está organizada em três polos. O polo da Praia dispõe de excelentes instalações. A área disponível excede as necessidades atuais, o que permite desenvolvimento futuro, mas obriga a acautelar a sustentabilidade futura. O espaço para trabalho experimental é considerável.

Os laboratórios estão mais orientados para a função pedagógica do que para a investigação competitiva e, no geral, são

ainda carentes de equipamento de suporte a projetos de investigação mais avançada. Os centros de investigação são espaços indiferenciados.

As bibliotecas são organizadas por áreas temáticas e dispõem de recursos muito bons, prestando-se à função de salas de trabalho para estudantes. Pode melhorar o horário de funcionamento, que os alunos pretendem mais alargado. As salas de trabalho de docentes, sob a forma de espaços partilhados, não propicia a criação de um espírito de identidade entre docentes e investigadores da mesma unidade orgânica ou da mesma unidade de investigação; durante a visita não foi percetível um nível de utilização mínimo face à extensão dos recursos. A manutenção e a vigilância parecem adequadas. Os estudantes mencionaram a falta de uma rede wireless melhor, e de mais instalações para estudo e para refeições próprias. A organização dos espaços, reitera-se, não favorece nem a identidade das áreas disciplinares nem a maturação da orgânica institucional. As instalações da Casa da Ciência são de qualidade, bem como os equipamentos e materiais disponíveis, e permitem desenvolver, adequadamente, a função de receção de visitantes externos e o seu papel de interface; eventualmente, seria de considerar o aumento do espaço afeto à Casa da Ciência.

O Polo da Assomada tem dimensão adequada ao número de cursos e estudantes. As instalações são muito cuidadas e a organização do espaço é prática e funcional. A biblioteca é ampla, embora muito pouco equipada; o número de computadores (4) é manifestamente insuficiente, uma vez que muitos alunos dependem dos computadores da instituição para os seus trabalhos. Os livros, insuficientes, obrigam a recorrer à biblioteca do Campus da Praia, com elevados custos e gastos de tempo. Os espaços laboratoriais não parecem ter qualquer função de apoio ao ensino, devendo ser equacionada a sua rendibilização por cedência de equipamentos para apoio a cursos ativos noutros polos ou à(s) Casa(s) da Ciência.

O Polo do Mindelo tem instalações adequadas, mas insuficientes. Faltam espaços para aulas, estudo autónomo e alimentação. A CAE reforça a necessidade de criação de uma residência no Mindelo, face ao elevado número de alunos deslocados de Santo Antão e de São Nicolau que frequentam a Uni-CV neste polo. Não há apoio à alimentação em qualquer dos dois edifícios existentes. Pelo lado positivo realça-se a qualidade do serviço da Casa da Ciência, a boa qualidade das instalações de direção e administração, e alguns espaços de ensino (ex. Enfermagem na FAED).

11. Mecanismos de ação social

11.1. São assegurados serviços de ação social? Apreciação da adequação dos mecanismos de ação social disponíveis na Instituição e do total da despesa em ação social.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

11.2 Fundamentação MAS.

A dimensão, abrangência e estrutura dos serviços de ação social são de grande importância para a Uni-CV. A utilização otimizada do sistema de bolsas foi referida como importante; mais especificamente, justifica-se o apoio a candidaturas a bolsa no caso de estudantes mais carenciados, sem meios informáticos próprios, e com dificuldade na utilização da plataforma de candidatura. A flexibilização no pagamento das propinas é uma matéria da maior sensibilidade, na procura de equilíbrio entre sustentabilidade financeira e retenção dos estudantes, que nos apercebemos ser seguida com grande cuidado por parte da Universidade. Merece referência positiva o apoio de residência no Campus do Palmarejo que deve ser alargado até à utilização da sua capacidade máxima, adotando formas alternativas de apoio social, a ponderar. Existindo disponibilidade de camas em residência, tal poderia permitir um sistema de bolsas "em espécie" para alunos

carenciados, com diminuto aumento da despesa da universidade.

Assume grande relevo o apoio específico da Universidade para bolsas, no valor de 1 milhão de escudos, cerca de 10 bolsas. Esta iniciativa é importante, também simbolicamente, como complemento ao sistema geral de bolsas e demonstra a preocupação institucional com o apoio aos estudantes mais carenciados.

Foi referida pelos estudantes a importância de dispor de um autocarro que facilite as saídas de campo e outros trabalhos fora dos espaços da universidade. Os estudantes aludiram a que as saídas de campo, parte integrante da formação, são custeadas por eles próprios. Esta proposta merece ser trabalhada como apoio social aos estudos.

A orientação para a captura de bolsas da diáspora e de entidades públicas e privadas nacionais pode fazer uma diferença significativa nos apoios a estudantes. Os antigos alunos são outra possibilidade de financiamento para este fim que merece, eventualmente, atenção.

Foi mencionada a ausência de serviços de apoio psicológico, que fará ainda mais sentido no caso de estudantes carenciados, sendo necessária uma resposta célere. Do mesmo modo, parece não existir apoio de saúde que permita fazer orientação para serviços médicos especializados e manter acompanhamento dos estudantes em situação mais frágil.

Deve referir-se a necessidade de procurar formas de apoio a estudantes de 2º e 3º ciclos, sobretudo para aqueles com elevado potencial e com recursos económicos exíguos. Esta orientação requer um sistema fino de rastreio desses estudantes e a identificação de fontes financeiras alternativas para apoio a esta iniciativa.

As insuficiências da dotação pública repercutem-se fortemente na qualidade do apoio social.

12. Informação para o exterior

12.1. A Instituição publicita de forma adequada informação sobre a oferta formativa, incluindo os relatórios de autoavaliação e avaliação externa e das decisões da ARES? Apreciação da adequação das formas de publicitação da informação sobre a oferta formativa da Instituição, os resultados da monitorização do trajeto dos diplomados na perspetiva da empregabilidade, os relatórios de autoavaliação e de avaliação externa dos ciclos de estudos e as decisões da ARES.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

12.2 Fundamentação IE.

A Uni-CV tem um sistema de divulgação da sua oferta formativa. No entanto, a informação sobre os cursos contém assimetrias e omissões a que os estudantes aludiram repetidamente e que foi possível à CAE verificar. Foi referida durante a visita a dificuldade em competir com formas de marketing mais agressivas por parte de algumas concorrentes privadas. Chama-se a atenção para este facto e sugere-se uma análise das campanhas das entidades concorrentes para ajuste estratégico

A ligação com Escolas do ensino secundário é muito importante, tal como as visitas à Universidade de estudantes préuniversitários. Estas ações foram apresentadas à CAE como iniciativas sistemáticas de grande relevo. A melhoria da divulgação destas visitas e a sua gestão articulada e diversificada devem proporcionar momentos de contacto programados e regulares ao longo do ano. A mobilização dos professores para esta missão de extensão permitiria a incorporação de mais conhecimento na promoção dos cursos, o que ampliaria o impacto da divulgação da oferta formativa já existente.

O contacto com empregadores potenciais é muito importante, e sugere-se a realização de iniciativas de promoção dos recém-graduados (feiras, visitas, etc.) que serviriam também para atrair futuros alunos de formação inicial.

O novo campus da Praia é um bom argumento para a promoção externa da universidade, dadas as magníficas instalações e o seu forte impacto visual. De facto, as condições são excelentes e podem constituir um traço distintivo importante, face à concorrência, na captação de alunos.

Não existiu, durante a visita, evidência do impacto de relatórios de autoavaliação ou de decisões da ARES.

Requisitos Específicos

13. Oferta formativa

- 13.1. A Instituição dispõe (no mínimo) dos seguintes ciclos de estudos acreditados e registados?
 - Três (3) ciclos de estudos de licenciatura;
 - Três (3) ciclos de estudos de mestrado;
 - Um (1) ciclo de estudos de doutoramento, em área compatível com a missão própria do ensino universitário.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

13.2 Fundamentação OF.

A Uni-CV reúne as condições exigidas do ponto de vista dos ciclos de estudo acreditados e registados. A oferta formativa é abrangente e diversificada, cobrindo diversas áreas do conhecimento. A frequência dos cursos de doutoramento é reduzida. Vários cursos de Licenciatura e de Mestrado possuem elevado número de estudantes.

A precaridade da informação de caráter histórico não permitiu analisar a dinâmica evolutiva das diversas ofertas formativas ao longo do tempo. Em alguns cursos foram detetadas variações de procura de difícil explicação, com os elementos de informação disponibilizados.

14. Corpo docente

- 14.1. A Instituição dispõe, no conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam a atividade docente ou de investigação, a qualquer título na Instituição, no mínimo:
 - Um (1) doutor por cada cento e vinte (120) estudantes;
 - Um (1) doutor em cada ciclo de estudos oferecido;
 - Pelo menos metade do corpo docente dos cursos oferecidos é composto por docentes com grau mínimo de mestre;
 - Pelo menos metade dos docentes fazem parte do quadro de docentes da instituição.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

14.2 Fundamentação CD.

A Uni-CV conta com um número apreciável de docentes, dos quais os habilitados com o grau de doutor constituem uma quantidade igualmente apreciável, dispõe de uma política para a obtenção deste grau e garante enquadramentos numéricos docente-discente satisfatórios.

O quadro geral do contexto docente é favorável embora subsistam alguns problemas, alguns dos quais já anteriormente enunciados, mas que queremos aqui sistematizar:

O primeiro, e o mais grave, é a inexistência de uma pirâmide estruturada de carreira docente. Todos os Professores, com uma única exceção, são Professores Auxiliares. Quando questionados os docentes e a própria direção da Uni-CV, foi obtida a informação de que o quadro de docentes previsto contemplaria tantos Professores Auxiliares quantos Professores Associados ou Professores Titulares. Ou seja, não se trataria nunca de uma pirâmide. A CAE recomenda a análise deste ponto, que deverá futuramente ser orientado no sentido de uma verdadeira pirâmide, em que o número de Professores Titulares seja menor que o de Professores Associados e este seja menor que o número de Professores Auxiliares. A generalidade das universidades no mundo adota esta configuração por diversas razões: a valorização do mérito individual e da competência como forma de assegurar acesso a níveis superiores da carreira; a atribuição de responsabilidades mais altas aos níveis mais elevados da carreira; e o impacto financeiro do modelo que é estabelecido. Assim, aconselha-se a definição de um "quadro" que contemple relações de proporcionalidade ajustada entre Professores Auxiliares, Associados e Titulares.

O segundo problema é a necessidade de clarificar os conceitos de contratação a tempo integral e a tempo parcial, e sobretudo o regime de dedicação exclusiva, importando estudar as possibilidades e limitações do regime de tempo integral e das incompatibilidades previstas na lei. A não aplicação do regime de dedicação exclusiva tem impacto na mobilização dos docentes para a investigação. A compensação financeira de um regime de tempo integral deve ser explícita e significativa, desde que acompanhada de processos de controlo e da exigência de indicadores de produtividade, docente e científica. A CAE entende que a não aplicação generalizada do regime de dedicação exclusiva diminui acentuadamente a vinculação individual a um projeto global da instituição.

Reitera-se a importância que o Contrato-programa em preparação pode vir a ter no suporte financeiro para a implementação do desejável quadro de docentes e da dedicação exclusiva.

A CAE não obteve informação integrada, quantitativa, relativa a docentes, posição contratual, área científica, afetaçãopor UO, tempo na carreira e percentagem de contratação. Também não foi facultada informação sobre acumulações noutras entidades. Do ponto de vista do controlo interno, da definição de objetivos e metas quantificáveis, e de outros aspetos do funcionamento regular da IES sugere-se dar a devida atenção a este aspeto.

Parte II - Avaliação das Unidades Orgânicas

15. Ensino

15.1. Adequação da oferta formativa.

Apreciação geral sobre a pertinência e adequação da oferta formativa das Unidades Orgânicas da Instituição, face, designadamente, à missão de uma instituição. Assinalar casos de Unidades Orgânicas que se salientem positivamente, ou que revelem fragilidades, na pertinência e adequação da sua oferta formativa.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

15.2 Fundamentação AOF.

A Uni-CV tem uma organização funcional com base na geografia dos Polos, pouco dependente das Unidades Orgânicas. De facto, as UO estão instaladas em espaços partilhados, não possuem autonomia administrativa e financeira e recorrem a uma organização funcional comum. Esta condição, ampliada pela arquitetura dos espaços, tira sentido ao próprio conceito de unidade orgânica. Acresce que os atores (docentes, administração e serviços, estudantes) salientam, corretamente, o valor da interdisciplinaridade como forma de ultrapassagem de limitações naturais dos recursos humanos, tanto ao nível da quantidade quanto da especialidade do corpo docente. A interdisciplinaridade também foi valorizada na construção de novas ofertas formativas.

O artº 42º dos Estatutos da UNI-CV considera como Unidades Orgânicas da Universidade: "a) Faculdades: unidades de ensino, investigação e extensão nos domínios científicos e tecnológicos que integram áreas de conhecimento próximas ou afins; b) Escolas: unidades de ensino, investigação e extensão nos domínios científicos e tecnológicos que agregam áreas de conhecimento com vincada especificidade; c) Institutos, Centros e Núcleos de Investigação: estruturas vocacionadas para estudos, investigação e extensão, nos termos regulamentares; d) Unidades Funcionais: unidades que, estruturando-se soba forma de núcleos, grupos, comissões ou outras formas organizativas, dependentes diretamente do Reitor ou de quem este delegar competência, visam, nos termos regulamentares, a execução de programas e projetos específicos, permanentes ou temporários, de natureza transversal ou específica, e que não se enquadram totalmente nas funções próprias das unidades orgânicas referidas nas alíneas anteriores." A CAE sugere uma reavaliação do conceito de Unidade Orgânica face à evidencia da sua funcionalidade e da sua utilidade institucional.

A oferta formativa, que deve tirar partido da complementaridade de competências reunidas por efeito do tempo e de circunstancialismos vários, pode ser, eventualmente, mais bem estruturada na base dos recursos materiais e humanos dos Polos do que das Unidades Orgânicas. A conformidade entre os Estatutos e as Unidades Orgânicas atuais não foi verificada. Assim, parece à CAE que será talvez mais pertinente um trabalho de ajustamento de oferta formativa, para o futuro, que concilie os recursos físicos e humanos com as diretrizes do Contrato-programa, e o redimensionamento funcional mais adequado à realidade. A experiência ganha pela Uni-CV desde a sua constituição será, certamente, bemvinda a esta análise.

O Contrato-programa, em preparação, cuja simples existência representa uma novidade que se saúda, deverá definir as necessidades nacionais e as prioridades de aplicação de recursos. Cabe à Universidade Pública ajustar a sua forma de organização, e a leitura técnica e científica, às linhas orientadoras da política do Governo. Este ajustamento dever ser

executado sem prejuízo da autonomia universitária.

Posto isto, a apreciação das redundâncias formativas, das inércias que o tempo instalou, e a deteção de potencialidades e oportunidades circunstanciais não é um trabalho exclusivo da instituição agora sob avaliação. Nem pode ser. A melhor virtualidade que o Contrato-programa poderá vir a ter será a função de conciliação entre os recursos da instituição (que esta conhece melhor que ninguém) e o realismo das políticas públicas e das opções de desenvolvimento priorizadas.

A CAE recomenda em geral as seguintes linhas orientadoras para a oferta formativa: (1) valorização seletiva de oferta de base Tecnológica e Científica, pela virtude da incorporação de valor acrescido que daí pode advir para o país; (2) redução estratégica e progressiva de cursos em que exista saturação de mercado profissional ou em que a produção anual de graduados rapidamente sature a oferta de emprego existente; (3) otimização dos recursos locais, quer em termos de potencial formativo instrumental quer em termos de recursos humanos realmente disponíveis, quer, ainda, em termos da realidade económica e social da região (ou mesmo de cada ilha); (4) criação de oferta formativa em estreita associação, desde o início, com empresas e instituições locais, sem a qual a oferta dos cursos depressa se tornará excessiva; (5) criação de cursos recorrendo a ensino assistido á distância, na justa medida das necessidades, e com uma complementaridade com a formação presencial assegurada desde o início, iniciativa que se afigura especialmente oportuna: a geografia do país, que se regionalizou pelo isolamento do mar, pode agora ser unificada pela tecnologia telemática; e (6) ponderação de uma oferta de cursos noturnos, que pode potenciar recursos humanos e atingir novos estudantes.

Em particular, a oferta desenhada localmente pode, se bem-sucedida, tornar-se atrativa para outros países, assim a qualidade da mesma possa ser mantida, se não promovida, e bem divulgada através dos resultados obtidos.

Resposta da CAE ao contraditório:

A CAE entende o fator limitativo estatutário. Todavia, alerta para o facto de os Estatutos e Regulamentos serem dinâmicos, devendo ajustar-se ao processo evolutivo das universidades. É prática corrente em muitas universidades aferir, regulamente, o grau de conformidade à estrutura regulamentar existente e a própria conformidade dessa estrutura à necessidade de mudanças que se justifiquem. Durante a visita, a CAE ficou ciente da realidade "polar" da organização da Uni-CV e valorizou esse aspeto no Relatório final. Cabe à Uni-CV tomar tais considerações em conta ou não, o que seguramente dependerá de determinantes políticas e estratégicas que estão para além da missão da CAE.

15.3. Estudantes.

Apreciação geral da evolução da procura dos ciclos de estudos das Unidades Orgânicas da Instituição, bem como a eventuais dificuldades de recrutamento em alguns cursos.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

15.4 Fundamentação ES.

Em geral, a Uni-CV reúne condições de oferta e de procura satisfatórias. Informação adicional solicitada pela CAE através da ARES, referente ao número de alunos por curso em 5 anos letivos (2018-2022), permitiu identificar 130 cursos que não atingem um valor médio anual de 30 estudantes. Este valor é preocupante, uma vez que abrange mais de 35% do total de cursos que constituem a oferta formativa da Uni-CV.

A mesma informação refere que desses 130 cursos, 72 não reúnem um valor médio anual de 10 estudantes A tipologia destes cursos com reduzida procura é diversa; contudo foi possível identificar 24 cursos de licenciatura com menos de 10 alunos por ano. Destes 72 cursos, 56 têm um valor médio anual de 5 ou menos estudantes por ano. Esta situação, cuja dimensão quantitativa deve ser confirmada pela IES, tem que merecer atenção e correção.

Cerca de 20% dos cursos oferecidos pela IES, qualquer que seja a tipologia, registaram uma procura média anualsuperior a 60 alunos por ano de funcionamento do curso (42 cursos no total).

Os cursos com mais de 100 alunos de média anual são os seguintes:

CIÊNCIAS EMPRESARIAIS E ORGANIZACIONAL; CIÊNCIAS EMPRESARIAIS E ORGANIZACIONAIS; LÍNGUAS LITERATURAS E CULTURAS - ESTUDOS INGLESES; ENGENHARIA INFORMÁTICA E DE COMPUTADORES; LÍNGUAS, LITERATURAS E CULTURAS - ESTUDOS INGLESES; CIÊNCIAS BIOLÓGICAS; RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DIPLOMACIA; ENGENHARIA ELECTROTÉCNICA; RELAÇÕES PUBLICAS E SECRETÁRIADO EXECUTIVOS; ENFERMAGEM; ECONOMIA; LÍNGUAS, LITERATURAS E CULTURAS - ESTUDOS INGLESES; MEDICINA; TECNOLOGIAS MULTIMÉDIA E COMUNICAÇÃO; CIÊNCIAS EMPRESARIAIS E ORGANIZACIONAIS; LÍNGUAS LITERATURAS E CULTURAS - ESTUDOS FRANCESES; ENGENHARIA QUÍMICA E BIOLÓGICA; GESTÃO COMERCIAL E MARKETING; PSICOLOGIA; ENGENHARIA CIVIL; ENGENHARIA ELETROTÉCNICA; ENFERMAGEM.

Estes cursos, com apenas 3 exceções (LÍNGUAS, LITERATURAS E CULTURAS - ESTUDOS INGLESES;CIÊNCIAS EMPRESARIAIS E ORGANIZACIONAIS; ENFERMAGEM) são lecionados no Polo I.

Uma análise breve dos cursos com menos de 10 estudantes, em média anual, identifica 10 cursos CESP, 16complementos de Licenciatura, 2 cursos livres, 4 cursos de doutoramento, 16 cursos de mestrado e, como já foi referido, 24 cursos de licenciatura.

Os cursos de licenciatura identificados são os seguintes:

EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA; COMUNICAÇÃO E MULTIMÉDIA; EDUCAÇÃO BÁSICA NA ESPECIALIDADE DE MATEMÁTICA; GESTÃO COMERCIAL E MARKETING; LÍNGUAS, LITERATURAS E CULTURAS-ESTUDOS CHINESES; HISTÓRIA; EDUCAÇÃO BÁSICA - ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESTUDOS CABO-VERDIANOS; JORNALISMO; EDUCAÇÃO ARTÍSTICA; LICENCIATURA EM ESTUDOS INGLESES; LÍNGUAS, LITERATURAS E CULTURAS - ESTUDOS INGLESES; EDUCAÇÃO BÁSICA - ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE MATEMÁTICA; EDUCAÇÃO BÁSICA - ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DA HISTÓRIA E GEOGRAFIA; PLANEAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO; BIOLOGIA; ENGENHARIA DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS; CIÊNCIAS BIOLÓGICAS; EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA; FILOSOFIA; LICENCIATURA EM ESTUDOS FRANCESES; ENSINO DA FÍSICA: GEOCIÊNCIAS E AMBIENTE; GEOLOGIA; TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

Os cursos de mestrado são os seguintes:

GESTÃO E ECONOMIA DA SAÚDE; GESTÃO E ECONOMIA DA SAÚDE; EDUCAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃOEM TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO; ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO; GESTÃO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA E AGRICULTURA DE PRECISÃO; MESTRADO EM INTEGRAÇÃO REGIONAL AFRICANA; CIÊNCIAS SOCIAIS; ECONOMIA E FINANÇAS; MESTRADO EM OCEANOGRAFIA E GESTÃO DE

RECURSOS MARINHOS; SEGURANÇA PÚBLICA: GESTÃO DE DEFESA SOCIAL, DE INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS; ENSINO DO FRANCËS LINGUA ESTRANGEIRA; CIÊNCIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA; ENSINO DO PORTUGUÊS, LÍNGUA SEGUNDA, LÍNGUA ESTRANGEIRA; FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS; ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA; EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Existem 4 cursos de Doutoramento.

A oferta formativa tem uma elevada heterogeneidade, do ponto de vista da procura. Como caráter positivo realça-se a existência de uma oferta bem-sucedida de licenciaturas e de alguns mestrados, o que assegura uma estrutura principal de oferta com procura satisfatória. A oferta de cursos CESP, de Complementos de Formação e de Cursos Livres merece atenção especial, dada a reduzida procura que registam.

A reflexão sobre a oferta de doutoramento merece atenção, uma vez que nos últimos dois anos o número de novos alunos foi apenas de 3, no curso de Ciências Sociais.

Finalmente, importa referir que os valores anuais totais de alunos merecem uma maior atenção. O ano de 2019, por exemplo, totalizou 3552 alunos, face a um total de 4859 alunos no ano anterior, o que manifestamente não parece realista. Os três últimos anos de atividade indicam uma redução persistente do número de alunos (4515, 4135, 4038), que foi superior a 10%. Estas questões justificam uma maior atenção e controlo sobre os indicadores de procura, de frequência e de abandono.

Resposta da CAE ao contraditório:

A observação da CAE sobre o dimensionamento da oferta de cursos, conjugada com os indicadores relativos ao número de estudantes e à sua distribuição por cursos, é confirmada pela Uni-CV. Trata-se de um aspeto decisivo que necessita de análise técnica e estratégica que nesta fase de desenvolvimento é ainda muito difícil. A primeira razão para essa dificuldade é o sistema de avaliação e garantia de qualidade que, só agora, parece estar em vias de estruturação consequente. As opções de gestão da oferta formativa deverão ter em consideração os dados de natureza histórica relativos à procura, eficiência formativa, desistências, empregabilidade, enquadramento docente, entre outros indicadores. Essa informação é ainda imprecisa, tanto quanto se pode observar no Relatório de Autoavaliação e se conseguiu extrair dos vários contatos durante a visita. A CAE reafirma a importância da estrutura já criada para a garantia de qualidade e salienta a relevância da constante monitorização com base em indicadores quantitativos e qualitativos. O esforço evidenciado de reajustamento e redimensionamento da oferta formativa foi bem entendido e é saudado; importa, contudo, ajustar de forma célere as decisões a tomar, uma vez que a admissão de novos estudantes tem a particularidade de criar uma inércia no sistema, inerente à proteção dos direitos de conclusão de curso.

15.5. Diplomados.

Apreciação geral da evolução de diplomados e da facilidade de acesso ao mercado de trabalho nas diferentes Unidades Orgânicas.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

15.6 Fundamentação DI.

A Uni-CV, no período em avaliação, não monitorizou de forma eficaz a evolução dos seus diplomados nem a sua empregabilidade. O relatório de autoavaliação é, no geral, omisso em relação à evolução do número de diplomados e à sua inserção no mercado de trabalho, nas diferentes Unidades Orgânicas e na Uni-CV como um todo. Tal como já previamente mencionado (Ponto 5.1 deste relatório), não existiu recolha e análise de informação com base em critérios adequados e previamente estabelecidos que permita fazer uma reflexão sobre o percurso dos diplomados e as suas trajetórias de emprego.

Não foram disponibilizados dados oficiais de empregabilidade, existindo em alguns cursos perceções baseadas em informações recolhidas junto das Coordenações de curso (ver Pontos 27 do RAAI). As ilações sobre esta matéria são, no geral, construídas apenas com base em perceções.

Uma apreciação justa da evolução dos diplomados nas diferentes Unidades Orgânicas exigiria informação nãodisponível, nomeadamente: i) total de graduados por ano e por curso; iii) rácio total de graduados por curso / total de alunos por curso; iii) tempo médio para conclusão por curso; e iv) taxa de abandono, entre outros parâmetros.

Por sua vez, monitorizar os percursos profissionais dos diplomados contempla, desde logo, indicadores como: i) tempo para obter primeiro emprego (número dos empregados há seis meses, um ano e três anos); ii) número dos empregados a trabalhar na sua área de formação ou noutra; iii) a remuneração média, um e três anos depois; e iv) a perceção de adequação da formação às exigências do mercado profissional.

No RAAI e durante a visita da CAE foi mencionada a elevada empregabilidade e o rápido ingresso no mercado de trabalho dos graduados em áreas do ensino, da saúde, das engenharias e das tecnologias. Em algumas destas áreas, contudo, dados os ritmos de produção de graduados na Uni-CV e em outras instituições de ensino superior concorrentes, poderá ocorrer um esgotamento de postos de trabalho num futuro próximo. É também referido que alguns cursos não têm funcionado por falta de candidatos, nomeadamente cursos na área da educação artística e educação de infância, devido às baixas perspetivas de emprego.

A monitorização do trajeto dos diplomados tem por objetivo aferir o impacto que o curso frequentado teve na sua empregabilidade. Esta monitorização reveste-se de elevada importância para as universidades uma vez que permite aperfeiçoar a definição da oferta formativa em alinhamento com as necessidades do mercado de trabalho. Este aspeto é ainda mais relevante quando são consideráveis os recursos públicos aplicados na formação superior que devem gerar, em conformidade, benefícios para o desenvolvimento socioeconómico do país. Se assim não for, serão defraudadas as expectativas dos candidatos ao ensino superior por não virem a alcançar o emprego esperado e aumentam os riscos de formação ineficaz e de desperdício de investimento público.

A Uni-CV, consciente da importância desta problemática, criou um gabinete para apoiar a inserção dos seus diplomados no mercado de trabalho e recolher, tratar e divulgar informação sobre o seu emprego e percurso profissional. No RAAI pode ler-se "a Uni-CV dispõe de um Gabinete que está em processo de montar um sistema de recolha, acompanhamento, tratamento de dados relativos à inserção dos nossos diplomados no mercado de trabalho. Entretanto, ainda que não tenhamos por ora tudo sistematizado, sabemos, pelo levantamento que os coordenadores dos cursos e as comissões executivas fazem, que há cursos com altas taxas de empregabilidade, nomeadamente os ligados à saúde, ao ensino, às tecnologias, à comunicação, às engenharias". Esta informação foi reiterada à CAE aquando da visita presencial. Para além do já referido no ponto 5.1 deste relatório, a CAE recomenda que seja feita uma monitorização prospetiva refletida que tenha em conta, entre outros, a escala demográfica e o nível de desenvolvimento económico das diversas áreas de atividade em Cabo Verde.

16. Corpo docente

16.1. Adequação em número, qualificação e especialização.

Apreciação geral da adequação do corpo docente das Unidades Orgânicas da Instituição, em número, qualificação e especialização, face à oferta formativa e número de estudantes.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

16.2 Fundamentação ANQE.

Este ponto reveste-se de uma dificuldade especial, uma vez que a sua análise exigiria uma estruturação da informação de base que não foi disponibilizada.

Para avaliar, de um modo correto, a adequação do corpo docente às necessidades letivas seria obrigatório dispor de informação em que constassem todos os docentes, posição de carreira, percentagem de contratação, número de turmas lecionadas e número de alunos por turma, para além, obviamente, da indicação das disciplinas lecionadas por cada docente e da carga horária atribuída. Na ausência destes dados, e apenas por aquilo que nos foi permitido observar durante a visita e pelo contacto com docentes, é-nos possível constatar o seguinte:

- O número de docentes habilitados com doutoramento, já superior a uma centena, e em vias de crescimento sustentado, é um indicador positivo da qualidade da oferta docente da Uni-CV;
- A não aplicação de um regime de exclusividade que premeie a dedicação exclusiva, assim como a autorização, explícita ou implícita, de colaboração com outras entidades, reduz naturalmente o grau de entrega dos docentes à docência e à investigação na Uni-CV;
- A ausência de estruturação de carreiras e a consequente impossibilidade de progressão atua como desincentivo à especialização e ao desenvolvimento científico dos docentes;
- A organização dos cursos por Polos depende da reunião de um corpo docente especializado para cada curso, que édifícil de assegurar;
- Não tendo sido possível aceder à informação sobre a carga letiva (horas/semana e horas/ano), não se conseguiu aferir nem eventual excesso de carga nem o seu contrário;
- A especialidade de muitas das matérias lecionadas em diversos cursos exige uma interatividade externa, uma participação em redes de investigação e um contacto regular com comunidades científicas internacionais. Pese embora o esforço institucional para o apoio aos docentes em fase de obtenção de doutoramento, é difícil para a IES assegurar contactos externos que garantam a atualização em termos de conhecimentos e métodos adequados a um ensino universitário de qualidade. Esta limitação exigiria uma dotação financeira suplementar e a consagração da prioridade de constituição de redes internacionais.

A constituição de Grupos Disciplinares, na realidade a forma mais estruturada de agregação de qualquer universidade, merece atenção especial e afigura-se um elemento preponderante para assegurar a necessária transversalidade no modelo organizacional. Podem constituir eventuais ameaças ao bom funcionamento do modelo a dispersão de conteúdos inerente a uma oferta formativa demasiado alargada, a excessiva concentração de disciplinas distintas num mesmo docente e a dispersão geográfica de docentes com afinidades de ensino e investigação.

16.3. Estabilidade e dinâmica de formação.

Apreciação geral do grau de estabilidade do corpo docente da Instituição, bem como da dinâmica de formação do corpo docente (quando aplicável).

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

16.4 Fundamentação EDF.

O corpo docente apresenta uma qualificação suficiente, com perspetiva de poder vir a ter mais doutorados a curto prazo. Os docentes em formação contam com algum apoio para a sua formação, nomeadamente pela facultação de uma gestão flexível do seu empenhamento docente, libertando tempo para a investigação.

No entanto, o problema da estabilização do corpo docente encontra duas adversidades principais, já repetidamente citadas: a limitação de progressões na carreira e a ausência de incentivos ao ensino e investigação por falta de aplicação de um regime de dedicação exclusiva. Sendo certo que a razão destas limitações é principalmente de natureza financeira, importa referir que o longo período sem abertura de concursos contribuiu para a sedimentação na carreira e para o desincentivo à investigação e ao aprofundamento de competências científicas e de ensino. A formação do corpo docente tem vindo a pedir empenhamento individual, com eventual sacrifício pessoal, que apresenta baixo nível de compensação. Não foram visíveis programas de formação docente especializados, realizados in house, nem iniciativas de formação externa de larga escala e com caráter regular. A CAE sugere a possibilidade de se considerarem programas de formação de docentes com base em cooperação internacional. Uma definição mais concreta, em termos de prioridades de formação, também se afigura essencial para a CAE, designadamente tendo presente a visão de futuro que se quer para a Uni-CV. Para este desígnio, a cooperação internacional poderia revelar-se decisiva.

Ao mesmo tempo, não podemos deixar de evidenciar a necessidade de criar um espírito de saudável competição académica, o qual só pode ser conseguido com processos concursais abertos e pela aplicação de regimes de avaliação de desempenho adequados.

Resposta da CAE ao contraditório:

A CAE faz uma apreciação muito positiva do processo de assinatura do Contrato-programa com o Governo. É de grande importância introduzir previsibilidade nas metas da instituição e nos mecanismos do seu financiamento. A CAE não está em condição de avaliar o impacto de tal Contrato-programa que não é do seu conhecimento. Não obstante, não deixamos de notar que em todas as instâncias foi referido que a impossibilidade de criar regularidade na progressão na carreira, na gestão da estrutura hierárquica e na questão da dedicação exclusiva são problemas que estão, essencialmente, dependentes do financiamento disponível e do grau de sustentabilidade que o Estado concede à Uni-CV. A CAE congratula-se com os passos já dados e com a consciência que a Uni-CV tem da importância da implementação num futuro próximo de outros mecanismos, tais como a avaliação do desempenho e o sistema interno de garantia da qualidade.

17. Instalações

17.1. Apreciação geral da adequação das instalações e equipamentos das diferentes Unidades Orgânicas, face às características e necessidades específicas dos ciclos de estudos lecionados.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

17.2 Fundamentação IN.

A análise das instalações e equipamentos será estruturada por Polos e repete alguns pontos já referidos antes.

O Polo da Praia funciona em instalações modernas, amplas e bem organizadas. Apresenta grande quantidade de espaços de ensino, com três configurações principais: espaços de aula genéricos; espaços organizados para formação temática especializada (laboratórios de ensino); e espaços para grandes eventos.

As salas genéricas são funcionais e prestam-se a configurações adequadas a diferentes organizações das aulas. Osespaços laboratoriais são suficientes, registando, todavia, uma necessidade de apetrechamento que se compreende pela recente entrega dos espaços à Uni-CV. Os grandes espaços são muito bons e apresentam elevada funcionalidade.

O Polo da Praia possui espaços de apoio bem dimensionados, como sejam as Bibliotecas e as salas para os Serviços. A entrega recente da infraestrutura deixa antever baixos custos de manutenção nos primeiros anos de funcionamento. Contudo, haverá necessidade de prever uma progressiva dotação financeira para manutenção das instalações como forma de prevenir a degradação futura. O serviço de manutenção domina as questões técnicas e faz acompanhamento muito presente das instalações. Enaltece-se a capacidade de recuperação de águas residuais para rega que vai permitir o desenvolvimento de um campus mais verde.

Este Polo acolhe ainda o Instituto Confúcio, em condições muito adequadas à sua atividade atual e expansão futura. Não existem infraestruturas desportivas, embora esteja prevista a sua implantação em breve.

A Biblioteca, organizada por secções, poderia pensar em alargar o seu horário de funcionamento, dando aos estudantes tempo adicional para estudar e realizar trabalhos escolares. O apetrechamento da biblioteca parece em bom andamento, reunindo já um acervo interessante nesta fase.

Os serviços administrativos contam com espaços suficientes, salientando-se, pela positiva, a utilização de sistemas informáticos modernos nas principais funções administrativas.

Os espaços de formação especializados apresentam, em geral, equipamento informático adequado. Os espaços com requisitos laboratoriais mais técnicos estão em evolução, aguardando os meios financeiros que levem à concretização de estruturas de pesquisa operacionais, consonantes com a visão estratégica para a investigação na Uni-CV.

O Polo da Assomada, o de menor dimensão no conjunto da Uni-CV, tem uma organização funcional muito prática. O ambiente é acolhedor, com características de proximidade e de facilidade de comunicação. A qualidade das instalações é adequada à formação, com exceção para a Biblioteca que está subdimensionada em espaço, horário de funcionamento, computadores e acervo bibliográfico. Os espaços de apoio são excelentes e os espaços administrativos são suficientes. A CAE presenciou a ajuda a alunos com atraso escolar, em locais para o efeito e envolvendo estudantes voluntários. Os espaços laboratoriais são adequados, mas o seu apetrechamento técnico e científico justifica atenção. A gestão dos espaços está bem estruturada, tendo merecido comentários positivos dos estudantes. A zona de apoio alimentar possui dimensão suficiente, mas beneficiaria com uma organização funcional mais evoluída e uma oferta de alimentação mais alargada e a preços mais acessíveis, já que alguns estudantes não residem próximo nem têm apoios à subsistência.

O Polo do Mindelo, com instalações distribuídas por duas localizações, apresenta alguma assimetria de espaços e equipamentos. O edifício do antigo Liceu está subdimensionado, face ao número de alunos, e apresenta salas muito preenchidas. Ganharia com mais salas de aula de características genéricas e, também, especializadas. De salientar a Casa da Ciência, bem equipada para a função de divulgação científica e de sensibilização de futuros estudantes da Uni-CV. Os espaços administrativos parecem suficientes para as necessidades.

A Escola de Educação e Desporto tem espaços ampliados recentemente e acomoda a atividade formativa em Enfermagem. Possui salas especializadas para as necessidades de formação em Enfermagem e em Saúde Pública, tal como para os cursos de suporte básico de vida, de caráter transversal, que aí são ministrados. Os espaços afetos ao curso de Desporto são insuficientes, nomeadamente para permitir uma abordagem laboratorial básica, essencial ao futuro desenvolvimento deste curso de elevada procura. Todavia, o principal desafio é a instalação de uma residência e de estruturas de apoio alimentar para estudantes de outras ilhas (S. Nicolau e S. Antão) que procuram a Uni-CV no Mindelo. Essa necessidade foi-nos, repetidamente, transmitida durante a visita.

Em suma, as instalações e equipamentos cumprem os níveis adequados, com exceção dos pontos referidos: apetrechamento de espaços laboratoriais; apetrechamento da biblioteca (Assomada); residência e cantinas, e espaços para o curso de Desporto (Mindelo).

Resposta da CAE ao contraditório:

A CAE teve o cuidado de considerar o estado atual das instalações utilizadas, evitando interpretar potenciais de desenvolvimento e limitações administrativas. Assim, não foi referido o potencial para espaços desportivos na Praia, nem foram consideradas as observações dos responsáveis pelo Polo do Mindelo sobre a exiguidade de espaços em virtude de opções políticas e acordos que limitam a disponibilidade de espaços. Contudo, importa salientar a necessidade de refeitórios e residências no Mindelo, assim como no Polo da Assomada. Estes aspetos limitam fortemente a frequência de estudantes, sobretudo os que têm de se deslocar entre ilhas. A CAE avalia positivamente a adoção da lógica de coworking disciplinar, pressupondo-se a sua harmonia com uma matriz orgânica adequada. É de referir o cuidado que a Uni-CV dedica à questão das instalações e a CAE reconhece, com satisfação, a qualidade das novas instalações do Palmarejo.

18. Atividades de investigação e desenvolvimento

18.1. Apreciação geral dos principais resultados de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico nas diferentes Unidades Orgânicas nos últimos cinco (5) anos, incluindo a sua valorização económica.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

18.2 Fundamentação AID.

As atividades de investigação e desenvolvimento merecem especial atenção numa universidade. Para se poder fazer uma apreciação geral dos principais resultados de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico nos últimos cinco anos, em cada uma das Unidades Orgânicas (UO), seria necessária informação estruturada que não foi fornecida, nomeadamente: a percentagem de investigadores no corpo docente afeto a cada UO; a produção anual de publicações indexadas; o rácio publicações indexadas/total de docentes e investigadores; o número de alunos envolvidos em atividades de investigação; o número de alunos com bolsa de investigação (mestrado, doutoramento); entre outros. A informação disponibilizada no RAAI e durante a visita da CAE, não permite fazer um retrato preciso do estado da arte da pesquisa na Uni-CV. É percecionado que a Uni-CV tem participado em vários projetos, alguns deles em consórcio com universidades parceiras, todavia não foi possível aceder à lista global de projetos nem ao respetivo financiamento. Outro aspeto muito relevante é o do envolvimento de estudantes em projetos de investigação e em programas de iniciação científica, que cremos esteja a acontecer, mas que não foi possível determinar.

De acordo com o RAAI, no período 2018-21, estiveram envolvidos em pesquisa 192 mestrandos, 41 doutorandos e 70 doutores, não sendo possível averiguar como estes investigadores se distribuem por UO.

Alguns docentes/investigadores da Uni-CV têm desenvolvido com grande empenho a sua investigação isoladamente e/ou em pequenos grupos, enquadrados em parcerias nacionais e internacionais, têm publicado livros e artigos em revistas internacionais e participado em conferências científicas.

Não se confirmou a existência de uma política de financiamento para a investigação, com definição de prioridades articuladas com necessidades da instituição e do país, e não parecem estar ainda criadas as condições para uma adequada estruturação visando uma agenda de investigação. A ausência de incentivos para a investigação, a insuficiência de recursos laboratoriais e as condicionantes de natureza financeira, poderão contribuir para este insipiente desenvolvimento, não permitindo ainda sustentar uma prática generalizada e regular de investigação.

Por outro lado, o estado embrionário do ecossistema de investigação não favorece a integração de recursos humanos, nomeadamente mais jovens, em práticas ativas de pesquisa; seria desejável que estudantes de licenciatura e de mestrado fossem integrados em projetos de em curso. Observámos alguma dinâmica em áreas específicas, como por exemplo em

Saúde, com a existência de alguns projetos que envolvem a comunidade e estudantes ou recém-graduados. Esta forma inicial de organização da investigação deve ser incentivada.

A Uni-CV deu recentemente um importante passo com a criação do novo "Ecossistema de Investigação", que se encontra em fase de instalação e que agrega cátedras e 7 novas unidades de investigação multidisciplinares, todos sediados no Polo I. O número de docentes doutorados envolvidos nestas unidades é ainda reduzido, 60, o que perfaz uma média de 6 docentes por unidade, número manifestamente insuficiente para a criação de um ambiente de investigação promissor, com dimensões críticas asseguradas. O número de unidades parece excessivo face ao número de doutorados e poderá criar uma dispersão temática desfavorável.

Não existindo, ao nível da Uni-CV, um sistema de recolha de dados de publicações que permita analisar a produção científica por UO, o estado da arte foi avaliado para a Uni-CV como um todo, recorrendo à base de dados internacionalmente aceite para o efeito - Scopus. Desde 2014 constam 98 autores afiliados à Uni-CV, para um total de 213 documentos (174 artigos, 19 artigos em conferencia, 7 capítulos de livro, 6 artigos de revisão), sendo o número de publicações desde 2019, nessa base, de 113; o que representa uma significativa melhoria. As áreas científicas mais representativas (>10 publicações) são as seguintes: Agricultural and Biological Sciences - 43; Environmental Science - 39; Social Sciences - 39; Earth and Planetary Sciences - 32; Engineering - 29; Mathematics - 27; Medicine - 24; Computer Science - 19; Physics and Astronomy - 15; Energy - 13; Biochemistry, Genetics and Molecular Biology – 11. Estas áreas estão principalmente associadas à Faculdade de Ciências e Tecnologia. Assumindo que todos os 98 autores afiliados são docentes/investigadores da Uni-CV, há um número significativo de docentes sem qualquer publicação nesta base de dados. Parece ser necessária uma maior motivação para a pesquisa e uma maior valorização da publicação em revistas internacionais com revisão por pares.

A CAE pôde confirmar existir na instituição vontade de incutir à investigação um dinamismo crescente e com enquadramento internacional. A Uni-CV tem ainda um longo caminho a percorrer que importa acarinhar.

19. Produção artística

19.1. Apreciação geral dos principais resultados de produção artística nas Unidades Orgânicas nos últimos cinco (5) anos, e da sua adequação à natureza da Instituição (quando aplicável).

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

19.2 Fundamentação PA.

No relatório de autoavaliação nada consta de substantivo sobre este assunto relativamente às unidades orgânicas ECAA, ENG e FCT.

De acordo com o RAAI a área de produção artística na FCSHA está pouco desenvolvida e carece de um impulso. Referese o projeto em curso de criação do coro universitário e a companhia de teatro da Uni-CV e alguns trabalhos em curso sobre Filosofia da Dança Contemporânea envolvendo Batuque, Corpo e Dança.

A FaED menciona uma significativa atividade na área da produção artística, maioritariamente resultado de iniciativas integradas em unidade curriculares nas áreas de educação artística plástica, musical e dramática e/ou em projetos e atividades com elas relacionados, levados a cabo, localmente, por estudantes e por docentes. Estiveram envolvidos em diversos trabalhos de sensibilização artística, realizaram várias exposições na faculdade e em ações de divulgação da oferta formativa, levaram a cabo uma mostra de produtos culturais nacionais de interesse para o desenvolvimento académico -no quadro da formação de docentes e outros profissionais de educação-, participaram em diversos projetos com escolas secundárias -projetos de investigação-ação - e realizaram cursos de música e de dança, entre outras atividades.

Esta componente da produção artística merece ser fortemente dinamizada, nomeadamente face às potencialidades reconhecidas num país como Cabo Verde. A criação de estruturas de caráter mais permanente, que valorizem as capacidades dos estudantes e constituam formas de afirmação externa da Uni-CV, é, certamente, uma linha de orientação a recomendar. De facto, todas as grandes universidades devotam recursos e tempo ao desenvolvimento da componente artística, ainda que não possuam uma oferta curricular orientada nesse sentido. A formação artística dos estudantes é matéria transversal à criação de uma cultura universitária moderna; e a oferta de eventos culturais à comunidade é parte importante da terceira missão das instituições de ensino superior.

20. Prestação de serviços à comunidade

20.1. Apreciação geral das atividades de prestação de serviços à comunidade a nível das Unidades Orgânicas (incluindo as atividades de promoção cultural, artística e desportiva) e da sua contribuição para o desenvolvimento regional e nacional.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

20.2 Fundamentação PSC.

Em relação a este item a informação constante no RAAI é muito incompleta. Por isso, não foi possível à CAE fazer uma destrinça valorativa entre as várias UO e ir para além do que foi relatado no ponto 7.3. Contudo, salienta-se o facto de o Empreendedorismo estar sinalizado como um eixo forte da Escola de Negócios e Governação (ENG).

A criação do iCUB, como estrutura de fomento da prestação de serviços à comunidade é um passo importante. Paralelamente a Universidade está preocupada em conseguir delimitar, desde já, as questões de direitos autorias e propriedade intelectual, o que se saúda.

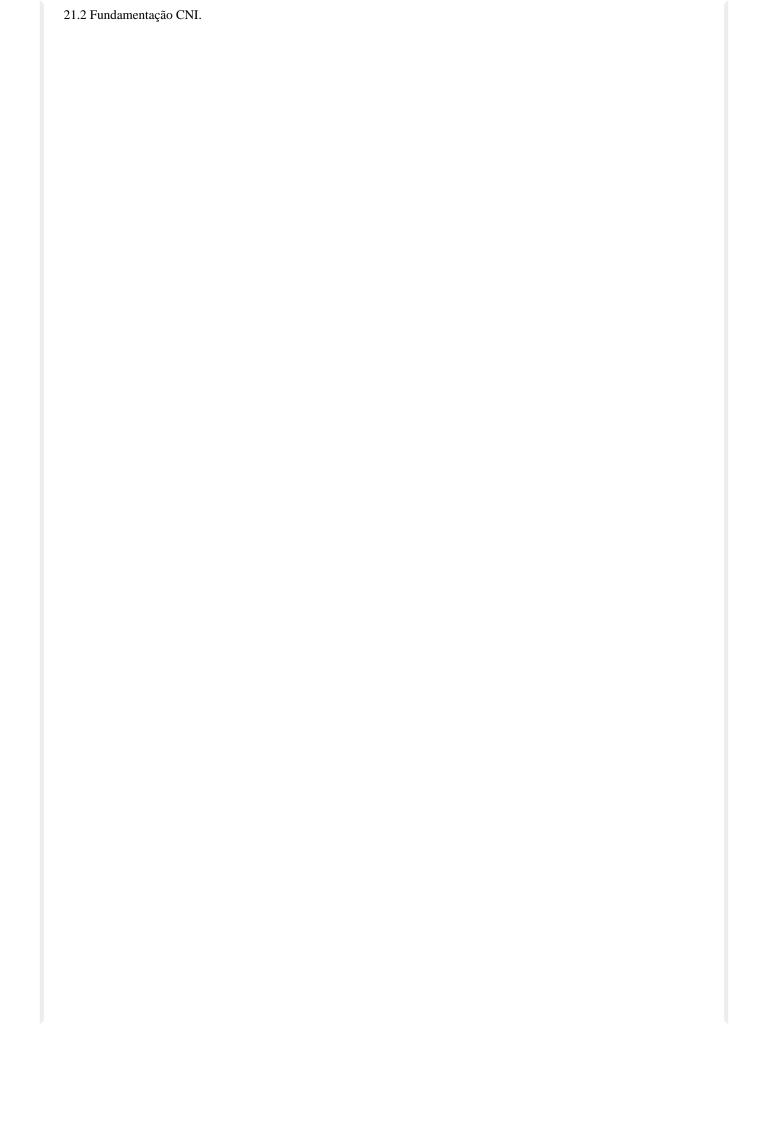
No entanto, todo este vetor de orientação da Uni-CV está ainda numa fase embrionária, que exige grande acompanhamento pela direção da Universidade. A ligação entre a Uni-CV e a comunidade, visível através do enunciado de várias conexões durante a visita da CAE, deve constituir um eixo de desenvolvimento e merece consideração no processo de garantia de qualidade. Importa referir que uma parte substancial da investigação, designadamente a que envolve estudantes, assenta muitas vezes nesta base de relação universidade-sociedade, com vantagens para todas as partes. A celebração de protocolos e, sobretudo, de contratos-programa com impacto financeiro deverá contribuir para a sustentabilidade da Uni-CV e complementar a deficitária estrutura de financiamento.

21. Colaboração nacional e internacional

21.1. Apreciação geral das atividades em colaboração com outras instituições, nacionais ou internacionais, a nível das Unidades Orgânicas, incluindo ciclos de estudos em conjunto e participação em atividades e projetos de investigação.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente



Em relação às colaborações nacionais e internacionais a informação constante do RAAI revela-se heterogénea, sendo nalguns casos bastante escassa.

A FCT apresenta uma lista apreciável de parceiros nacionais e internacionais. Essas parcerias representam um contributo interessante ao nível de projetos de extensão universitária, dos projetos de investigação e da realização de ciclos dæstudos conjuntos. Releva-se a colaboração com diversas universidades e centros de investigação internacionais. Ao nívelle ciclos de estudo parece haver uma crescente colaboração internacional, nomeadamente em cursos de pós-graduação æle mestrado, destacando-se a colaboração com a Universidade de Coimbra no Mestrado Integrado em Medicina, omestrado internacional em Descarbonização Energética para Países Insulares em parceria com a Universidade de La Laguna e o Mestrado em Epidemiologia de Campo em parceria com a Universidade Nova de Lisboa. Nesta vertente, e auz dos elementos disponíveis, considera-se que a atividade da UO satisfaz.

A ENG apresenta apenas a lista de parceiros nacionais onde os seus estudantes têm realizado o Estágio curricular. Não é indicado qualquer parceiro internacional nem parceiros relacionados com projetos de investigação ou ciclos de estudos conjuntos.

A ECAA desenvolveu um número limitado de parcerias com instituições nacionais e internacionais, principalmente ligados à área das ciências agrárias. Ao nível dos ciclos de estudos são referidas parcerias internacionais com uma universidade portuguesa e outra brasileira, que parecem traduzir-se apenas em apoio pontual de docentes e investigadores. Há algumas parcerias ao nível de projetos de investigação com instituições europeias e africanas.

Relativamente à FCSHA, é referida a colaboração com diversas entidades nacionais e internacionais. Destaca-se o Instituto Camões, os Leitorados de Brasil e de Espanha, o Instituto Confúcio e o Instituto de Língua Francesa. São citadas diversas colaborações com universidades estrangeiras no âmbito de alguns projetos, da Cátedra da Unesco de História e Património, de diversos Mestrados e do Curso de Doutoramento em Ciências Sociais. Nesta vertente, e à luz dos elementos disponíveis, considera-se que a atividade desenvolvida pela UO satisfaz parcialmente.

Com base nos elementos disponibilizados, considera-se que a FaED desenvolveu um número muito limitado de parcerias com instituições nacionais e internacionais. Não são referidas parcerias ao nível dos ciclos de estudos, são mencionados apenas 2 protocolos (com clubes) e alude-se a intercâmbios de estudantes e docentes com Portugal, Checoslováquia (?) e USA. É referenciado um projeto de investigação com a ESEC de Coimbra na área de Educação Física, outro projeto em colaboração com a Universidade do Porto em qualificação do corpo docente, e o envolvimento num programa de investigação com a UNICEF junto de Escolas Básicas de Santiago e Sal.

As associações com outras entidades de ensino superior devem ser cuidadosamente avaliadas, quer pela necessidade de salvaguardar cooperações que tragam mais valias para a Uni-CV, quer pela dispersão de recursos humanos por atividades, eventualmente mais do interesse dessas outras entidades que da própria Uni-CV. A cooperação e a separação de domínios de intervenção têm de ser, sempre, criteriosamente delimitadas.

Resposta da CAE ao contraditório:

O intercâmbio de estudantes é, manifestamente, uma preocupação da Uni-CV. Os problemas de natureza pedagógico-administrativa que nos foram referidos, e confirmados no presente contraditório, são significativos, mas nem por isso os mais relevantes. A CAE destacaria o diferencial entre estudantes IN e OUT, e a necessidade de procurar os fatores de atração que contribuam para uma futura nivelação. Decerto, os problemas de regulamentação das mobilidades serão facilmente ultrapassados. Regista-se a importância conferida pela Uni-CV à área da cooperação internacional que, assim, possui condições para o seu progressivo desenvolvimento.

22. Sistema interno de garantia da qualidade

- 23. Existe, a nível da(s) Unidade(s) Orgânica(s) (segue para 25.1).
- 24. Está definido a nível Institucional (segue para 25.3).
- 25. Não existe (segue para 26).



0

25.1. Apreciação geral do sistema interno de garantia da qualidade a nível da(s) Unidade(s) Orgânica(s).

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

25.2 Fundamentação ASIGQ.

25.3. Apreciação geral do contributo da(s) Unidade(s) Orgânica(s) no funcionamento do sistema interno de garantia da qualidade da Instituição, incluindo os mecanismos de dinamização da aplicação do sistema junto à comunidade académica e de follow-up das medidas de melhoria adotadas no âmbito da Unidade, bem como a adesão à participação na aplicação dos instrumentos de garantia d qualidade e resultados obtidos, e a visibilidade dada na página de Internet da Instituição.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Não se aplica

25.4 Fundamentação ACUO.

A apreciação do sistema de garantia de qualidade apenas pode incidir, nesta fase, sobre a estrutura geral aplicável à Uni-CV.

O sistema interno de garantia de qualidade está em fase de implementação. A estrutura geral do sistema está delimitada e os processos regulamentares estão definidos. A audição de todos os participantes é uma preocupação da instituição. A CAE observou o forte empenho da Universidade na implementação deste sistema e o cuidado em conseguir a sua abrangência e ajustamento às circunstâncias diversas em que funcionam os cursos, serviços e administração dos Polos.

Importa referir alguns aspetos que a CAE considera relevantes para esta fase. Também aqui se repetem algumas ideias já anteriormente explanadas.

O processo, que deve ser participado, tem, no entanto, que ser célere, sob risco de redução do seu impacto real e da própria motivação de todos os agentes para a preparação e aplicação das medidas que resultam do próprio sistema.

Os indicadores a utilizar devem ser parcimoniosamente selecionados, ser estáveis e permitir métricas de fácil acesso, e estar associados a uma monitorização constante com a consequente deteção de erros, falhas sistémicas e ameaças crónicas.

A seleção e mobilização dos agentes do sistema responsáveis pela produção de informação é decisiva. Importa assegurar uma estabilidade das equipas responsáveis pelos diversos setores de informação e, sobretudo, da equipa de coordenação. A dispersão geográfica pode constituir um problema real que deve ser acautelado.

A CAE sugere, sem prejuízo do método e procedimentos já definidos pela Uni-CV, que sejam considerados alguns indicadores de monitorização institucional, de natureza quantitativa e de fácil acesso e apropriação.

A criação de um sistema de informação atualizado e facilmente atualizável pode contribuir para orientar a gestão estratégica da Universidade, a partir de indicadores precisos e sempre atuais. Estes indicadores são importantes para estabelecer metas, para organizar os Planos de Desenvolvimento e os Planos Estratégicos e finalmente, para a produção dos Relatórios de Avaliação. Estes indicadores são também especialmente relevantes para a orientação programática da Universidade, são úteis para empregadores e stakeholders, e providenciam informação importante para decisores nacionais com intervenção no Ensino Superior e na Ciência. A CAE deixa algumas sugestões concretas para melhor ponderação por parte da Uni-CV:

Indicadores relativos a Estudantes:

- total de alunos por curso;
- total de novos alunos em cada ano letivo;
- total de graduados por ano e por curso;
- rácio total de graduados por curso/total de alunos por curso;
- tempo médio para conclusão do grau, por curso;
- percentagem de estudantes estrangeiros.

Indicadores relativos a Docentes:

- total de docentes por curso;
- rácio docentes (ETI-Equivalente a Tempo Integral)/alunos (por curso);
- rácio total de docentes (ETI)/ total de docentes;
- percentagem de docentes em tempo integral;
- percentagem de docentes doutorados por curso;
- percentagem de docentes habilitados só com licenciatura;
- percentagem de docentes com lecionação em mais do que uma Escola.

Indicadores de natureza Financeira:

- orçamento total anual;
- despesa anual com pessoal docente;
- percentagem de despesa com pessoal docente no orçamento;
- despesa anual com pessoal administrativo, técnico e de gestão;
- despesa de investimento anual;
- percentagem de despesa de investimento anual;
- despesa com serviços e apoios sociais.

Indicadores relativos a Investigação e Ciência:

- percentagem de investigadores no corpo docente;

- percentagem de orçamento de investigação no orçamento total da universidade;
- produção anual de publicações indexadas;
- rácio publicações indexadas/total de docentes e investigadores;
- financiamento competitivo e proveniente de sponsors;
- número de alunos apoiados com bolsa de doutoramento.

Indicadores relativos a Apoios Sociais:

- total de estudantes apoiados;
- rácio total de apoios sociais/numero de estudantes apoiados;
- capacidade de alojamento na universidade;
- capacidade de alojamento por polo.

Indicadores relativos à Organização Curricular:

- percentagem de cursos com menos de 30 alunos por ano;
- percentagem de cursos com menos de 15 graduados por ano.

Indicadores relativos à Ligação á Sociedade:

- nº de contratos-programa celebrados;
- total de estudantes envolvidos em projectos de parcerias com a sociedade;
- financiamento envolvido em parcerias.

26. Apreciação global, pontos fortes, pontos fracos e recomendações de melhoria

26.1. Apreciação global da organização, funcionamento e resultados da(s) Unidade(s) Orgânica(s), assinalando eventuais incoerências, desequilíbrios ou sobreposições na estrutura orgânica da Instituição.

A organização funcional real está estruturada segundo Polos. A interligação entre Unidades Orgânicas na partilha e otimização de recursos físicos e humanos deve considerar esta realidade. As Unidades Orgânicas estão instaladas em espaços partilhados, não possuem autonomia administrativa e financeira e recorrem a uma organização funcional geral, comum. Na situação atual, as Faculdades e Escolas carecem de identidade efetiva, o que pode conduzir a uma fragmentação organizacional e contribuir para um peso administrativo desnecessário no funcionamento da instituição.

Merece ponderação a evolução para uma estrutura funcional constituída em torno de dois eixos: Polos e Grupos Disciplinares. Uma abordagem desse tipo poderia contribuir para minorar o risco dessa fragmentação organizacional e propiciar o desenho e aprofundamento das autonomias apropriadas, bem como aprimorar lógicas de superior gestão de recursos, humanos e materiais. Naturalmente, qualquer que seja a solução escolhida, ela deve ser harmonizada com os Estatutos da Universidade, cujo enunciado deve ser reconformado de acordo com a realidade. Por sua vez, a existência de Grupos Disciplinares parece garantir uma boa articulação horizontal.

Os atores (docentes, administração e serviços, estudantes) salientam, corretamente, o valor da interdisciplinaridade como forma de ultrapassagem de limitações naturais de recursos humanos, tanto ao nível da quantidade quanto da especialidade do corpo docente. A interdisciplinaridade também foi valorizada na construção de novas ofertas formativas, que constituem, aliás, um desafio permanente face à limitação que a dimensão populacional do país não pode deixar de significar. Neste contexto, a situação da redução de valências no Polo de S. Vicente coloca um problema novo, não só a este Polo, mas à Universidade no seu todo, a que urge dar resposta.

26.2. Identificação fundamentada de áreas de excelência passíveis de um tratamento simplificado no novo ciclo de acreditação.

Face ao que foi referido nos pontos 15.2, 15.4, 15.6 e 16.2, a CAE não possui os elementos necessários para fazer esta avaliação.

A avaliação global das áreas de excelência requer, obrigatoriamente, a recolha de informação credível. O sistema de Garantia de Qualidade tem a finalidade de reunir, de forma metodologicamente sustentada, toda a informação que permita identificar, de um modo claro, as áreas de excelência. Só após a implementação de sistemas de monitorização e da recolha continuada de dados será possível validar, com informação factual, as opções estratégicas de desenvolvimento; e só desse modo as medidas a tomar terão uma base sólida e verificável.

É também de salientar que a pronúncia da CAE sobre as Unidades Orgânicas seria, sempre, um exercício difícil, se não impossível. A razão principal é a dificuldade em destrinçar o que está, significativamente, ligado; características que se acentuaram com o exercício de interdisciplinaridade e complementaridade que ficou evidente no retrato evolutivo que foi facultado à CAE. A reduzida singularização das Unidades Orgânicas que a própria Uni-CV proporcionou aquando da visita, a par do modo como os espaços foram estruturados -situação já abordada-, ilustra bem a necessidade da instituição reequacionar o seu sistema organizacional.

O ajustamento das áreas de formação, a aposta em novas áreas e a dissolução de apostas que parecem menos bem sucedidas, exige, igualmente, uma comparação com evidência decorrente da implementação de sistemas de monitorização, e de avaliação e garantia de qualidade.

26.3. Identificação fundamentada de áreas que, por apresentarem fragilidades específicas, deverão ser passíveis de uma observação mais detalhada no novo ciclo de acreditação.

Face ao que foi referido nos pontos 15.2, 15.4, 15.6 e 16.2, a CAE não possui os elementos necessários para fazer esta avaliação. E o que foi abordado no ponto anterior (26.2) aplica-se também, mutatis mutandis, neste ponto.

26.4 Recomendações de melhoria da organização e funcionamento da(s) Unidade(s) Orgânica(s), quer do caráter genérico, quer recomendações específicas para alguma(s) Unidade(s).

Sem prejuízo do que atrás foi escrito recomenda-se:

- 1. Uma estrita compaginação de vários aspetos da vida da Instituição com o determinado pelos Estatutos, nomeadamente o nome e o número das Unidades Orgânicas.
- 2. A reformulação da página web da Uni-CV, em particular no que se refere à coerência com outras fontes de informação e, principalmente, aos detalhes da oferta curricular que tornem esta mais clara e atrativa para os potenciais candidatos.

A CAE manifesta toda a disponibilidade para manter o acompanhamento do processo de avaliação institucional que venha a ser considerado necessário. Em particular, releva-se a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento dos processos de avaliação e garantia de qualidade.

Parte III - Apreciação Global da Instituição

27. Apreciação global da Instituição tendo em conta os seus grandes objetivos, o contexto em que opera e o seu percurso evolutivo.

O projeto educativo está definido e é coerente com a natureza universitária e com a missão da instituição. Trata-se de uma grande universidade, que acolhe estudantes de todo o país, com um corpo docente dimensionado de acordo com os requisitos legais. Abrange diferentes áreas científicas e manifesta preocupações de índole social e cultural, ajustados à realidade de Cabo Verde.

A estrutura de investigação e os seus resultados, até ao momento, ainda são frágeis, mas notámos consciência interna dessa realidade e vontade de colocar no terreno políticas de definição de prioridades, de colaboração internacional e de obtenção de financiamento. Aquelas realidades, naturalmente, inibem o alcance e impacto das atividades de extensão universitária e de transferência de conhecimento.

A mobilidade de estudantes e docentes, nomeadamente para a formação externa, coaduna-se com a missão da universidade e transparece como uma preocupação institucional forte.

É de realçar a elevada qualidade da maior parte das instalações, sendo certo que o apetrechamento científico e de apoioao ensino avançado está ainda em fase de consolidação.

O Reitor e a equipa reitoral atual estão no comando da instituição há menos de um ano, pelo que é de admitir uma fase de ajustamento e melhoria da coordenação, em que aspetos relativos à eficiência de gestão (orgânica, sobreposições, distribuição e gestão de recursos humanos, equilíbrio entre descentralização e autonomia) estarão em período de apreciação e resolução. Contudo, quaisquer que venham a ser as opções desta nova equipa há necessidade de pôr no terreno, rapidamente, políticas e planos de ação adequados.

No que respeita à carreira docente, não existe uma pirâmide estruturada. Todos os Professores, com uma única exceção, são Professores Auxiliares. É necessário repensar o quadro de Professores e criar condições para progressão na carreira. É, igualmente, necessário e urgente tornar explícitos os conceitos de tempo integral e de tempo parcial, e sobretudo de dedicação exclusiva. Pressupõe-se que essa explicitação tenha consequências céleres em termos de práticas de gestão. O regime jurídico deve ser clarificado e a análise da situação existente deve conduzir a medidas imediatas. Neste contexto, importa observar as possibilidades e limitações do regime de tempo integral e das incompatibilidades previstas na lei.

O Contrato-programa com o Governo, em preparação, cuja simples existência representa uma novidade importantíssima que se saúda, deverá refletir as necessidades nacionais e as prioridades de aplicação de recursos. Cabe à Uni-CV, enquanto Universidade Pública, repensar e adequar a sua forma de organização, bem como proceder à leitura técnica e científica que se impõe, ajustando as suas prioridades às linhas orientadoras da política do Governo. Este ajustamento deve ser executado sem prejuízo da autonomia universitária, antes constituindo um fator de reforço da mesma.

A composição do Conselho Pedagógico é descrita erroneamente na página da Uni-CV, o que não propicia uma leitura clara da composição e função desse órgão, tão importante, por parte da Instituição e pode acarretar menor interesse pela sua atividade. A participação de Estudantes em diversas instâncias ou não existe ou não é percebida pelos mesmos, originando significativas lacunas de representatividade. Estes e outros aspetos relativos a uma participação correta e ajustada dos vários corpos devem ser verificados e, nos casos em que se justificar, corrigidos.

O Conselho para a Qualidade e Avaliação é estatutariamente determinado (artº 17º, de 2016). Todavia só foi criado em 2019 e só iniciou a sua operacionalização em 2022. Foram nomeados seis membros, estando atualmente em preparação uma Comissão da Qualidade que venha a refletir a estrutura das Unidades Orgânicas. São objetivos a aposta na formação e a produção de instrumentos adequados. Foram definidas como prioridades os cursos e serviços, a construção de um quadro de indicadores, e a criação do sistema de recolha e tratamento de dados. Constatámos que serão pontos centrais do sistema de Qualidade a Dimensão pedagógica, a Formação, o Desempenho Docente e a Assiduidade dos Docentes. É fundamental acelerar o processo de instalação plena deste sistema.

A Instituição não evidenciou no relatório de autoavaliação uma política explícita de recrutamento de novos estudantes. No entanto, foi possível verificar durante a visita à instituição que existem múltiplas ações de captação, como sejam a apresentação da oferta formativa nas escolas do Ensino Secundário ou as visitas à universidade organizadas, em particular, pela(s) Casa(s) da Ciência. Estas iniciativas (visitas externas e acolhimento de potenciais candidatos na Universidade) são valorizadas pelos órgãos de gestão, pelos serviços da universidade e pelos docentes, e pelos estudantes que sentem que se trata de uma excelente oportunidade de divulgação. Os índices de abandono, com diversas origens, colocam desafios de políticas a montante e de acompanhamento de estudantes que devem assumir uma preocupação central da instituição.

A atração de estudantes não pode ser separada da ação social, quer no quadro estatal quer no das competências próprias da Uni-CV. É uma área que deve merecer a maior atenção pela importância que assume para propiciar mais e melhores oportunidades para todos e para promover mais coesão numa realidade nacional que, desde logo pela sua geografia, é dispersa e contém assimetrias significativas. Neste particular, faz-se notar a não existência de residências na Assomada e no Mindelo.

No que se refere ao percurso futuro da Universidade registam-se as apostas declaradas na promoção do Empreendedorismo, das Saídas Profissionais, da Cooperação com a Sociedade e, acima de tudo, da Investigação. O aprofundamento da internacionalização e a política de alianças com instituições estrangeiras deve merecer todo o cuidado já que o grau de internacionalização é, em todo o mundo, uma marca distintiva da qualidade das universidades. Igualmente significativo para a evolução da Uni-CV será a atenção posta no redesenho constante da sua oferta formativa. Neste contexto, a redução de valências no Polo de S. Vicente coloca um problema novo, não só a este Polo, mas à

Universidade no seu todo, em termos das possibilidades de interdisciplinaridade e da manutenção de um espectro alargado de oferta onde as Ciências e Tecnologias não podem deixar de ter o seu lugar.

28. Identificação dos pontos fortes da organização e funcionamento da Instituição.

| Identificam-se como pontos fortes os seguintes: |
|---|
| - Qualificação do corpo docente; |
| - Instalações adequadas (para ensino, administrativas, bibliotecas e residência de estudantes); |
| - Estrutura geral dos serviços adequada; |
| - Oferta formativa ampla; |
| - Reconhecimento social da instituição; |
| - Parcerias internacionais que possibilitam evolução do corpo docente e da oferta formativa. |
| Identificaram-se também oportunidades que a seguir se enumeram, as quais, a serem convenientemente aproveitadas, podem fortalecer a Instituição em vários outros aspetos: |
| - Definição de um Contrato-programa que permita sustentabilidade financeira e uma redefinição de políticas e estratégias para a Uni-CV; |
| - Possibilidade de lançamento de oferta formativa especializada; |
| - Existência de condições para lançamento de ensino pós-laboral; |
| - Recursos logísticos para ensino à distância em vias de desenvolvimento; |
| - Organização por Grupos Disciplinares e Polos pode potenciar oferta multidisciplinar; |
| - Contrato-programa pode criar condições para progressões e promoções; |
| - Disponibilização de recursos existentes e ainda não utilizados, como forma de apoio social próprio (camas em residência); |
| - Possibilidade de criação de uma cultura de qualidade, impulsionada pela instalação do Sistema de Garantia deQualidade e incluindo as necessárias estruturas de planeamento operacional e estratégico. |
| |

29. Identificação dos pontos fracos da organização e funcionamento da Instituição.

| - Financiamento público insuficiente e não previsível; |
|---|
| - Investigação ainda incipiente e com pouca envolvência de docentes e de estudantes; |
| - Carreira Docente não estruturada; |
| - Dedicação exclusiva inexistente; |
| - Comunicação interna percebida como insuficiente; |
| - Comunicação externa com fragilidades face à concorrência; |
| - Falta de motivação para a investigação e para a participação mais ativa e presente na vida académica; |
| - Apoio social insuficiente (residências; alimentação), incluindo a componente de acompanhamento psicológico dos alunos; |
| - Atividades de extensão e de cooperação com a sociedade que poderiam ser muito mais alargadas. |
| A estes pontos há que somar algumas ameaças que a seguir se coligem, as quais, a não serem estrategicamente encaradas, podem acarretar fragilidades adicionais à Uni-CV: |
| - Sustentabilidade financeira em risco, a médio e longo prazo; |
| - Redução do número de alunos, ditada por fatores diversos (quebra demográfica, cultura de emigração nalguns casos potenciada por entidades locais, alternativas externas de formação, limitações financeiras dos estudantes, perspetiva reduzida de saídas profissionais, concorrência privada); |
| - Competição na captação e conservação de estudantes por parte de entidades privadas; |
| - Inércia para proceder a uma reformatação profunda e continuada da oferta formativa; |
| - Reduzida adesão dos docentes a um projeto institucional mobilizador. |
| 30. Recomendações de melhoria da organização e funcionamento da organização e funcionamento da Instituição, distinguindo entre recomendações essenciais e sugestões de melhoria. |
| |

A CAE recomenda, em geral, as seguintes linhas orientadoras para a oferta formativa:

(1) Valorização seletiva de oferta de base Tecnológica e Científica, pela virtude da incorporação de valor acrescido que

Foram identificados como pontos fracos os seguintes:

daí pode advir para o país - concentração de recursos e aposta de desenvolvimento em setores críticos;

- (2) Redução estratégica e progressiva de cursos em que exista saturação de mercado profissional ou em que a produção anual de graduados rapidamente esgote a oferta de emprego existente;
- (3) Otimização dos recursos locais, quer em termos de potencial formativo instrumental quer em termos de recursos humanos realmente disponíveis, quer, ainda, em termos de interesse para a realidade económica e social da região (ou mesmo de cada ilha);
- (4) Criação de um leque formativo (formação contínua especializada) em estreita associação, desde o início, com empresas e instituições locais, sem a qual a oferta de cursos depressa se tornará excessiva;
- (5) Criação de cursos baseados em formas de ensino assistido á distância, na justa medida das necessidades, e com uma complementaridade com a formação presencial assegurada desde o início. A geografia do país, que se regionalizou pelo isolamento do mar, pode agora ser unificada pela tecnologia telemática;
- (6) Igualmente importante é a ponderação de uma oferta de cursos noturnos e de um regime pós-laboral, que pode potenciar recursos humanos e atingir novos estudantes.

A Comissão de Avaliação Externa sugere, em matéria de gestão e qualidade:

(7) A seleção de um número de indicadores parcimonioso, que permita métricas facilmente operacionalizáveis. Deverá, ainda, ser objeto de atenção a criação de uma cultura de qualidade, transversal à Universidade, que reflita as realidades dos diversos Polos. Os Estudantes, peça essencial da valorização da Qualidade, devem ser parte ativa do trabalho. A preservação de processos eficientes e a redução da complexidade administrativa são centrais no processo; importa, acima de tudo, que as recomendações tenham consequências. O desenvolvimento de uma cultura de qualidade, e do sistema que a suporta, é um processo essencial na construção de uma universidade moderna, que deve ser perseguido afincadamente e com uma grande preocupação formal. A preocupação com a seleção dos participantes mais ativos e o recurso, sempre que necessário, à auscultação mais ampla e generalizada de todos os membros da universidade não podem impedir a implementação, a muito curto prazo, do processo avaliativo interno. Afigura-se-nos uma recomendação muito importante a dinamização, com grande celeridade, do Sistema de Garantia de Qualidade, ancorado num conjunto selecionado de indicadores e num método simples e fiável de recolha de informação, continuada no tempo.

A CAE nota também que:

(8) Parece existir necessidade de uma melhor divulgação, com um marketing mais afirmativo e com melhor evidênciadas boas iniciativas da Uni-CV. Aliás, o confronto com o marketing de concorrentes privadas foi referido como desfavorável à Uni-CV.

Mais ainda se recomenda:

- (9) Promover as relações com redes internacionais especializadas, nomeadamente em áreas de Ciência e Tecnologia, no sentido de facilitar a participação de investigadores cabo-verdianos em projetos avançados e de criar uma cultura de investigação mais moderna.
- (10) Aprofundar as estruturas de apoio ao empreendedorismo, como forma de contribuir para o desenvolvimento deideias

- e a participação dos estudantes na criação de novos processos, produtos e empresas.
- (11) Estabelecer um Gabinete de Saídas Profissionais.
- E, finalmente, com especial ênfase, recomenda-se:
- (12) A concretização de um Contrato-programa, decisivo para a sustentabilidade financeira e para o estabelecimento de uma oferta formativa mais abrangente e ajustada às necessidades do país. Este instrumento é decisivo, também, para melhorar muitos outros aspetos já referidos -carreiras, regimes de vínculo laboral, aceleração das políticas de pesquisa, adesão empenhada de todos ao projeto institucional- os quais, por sua vez, são absolutamente cruciais para o desenvolvimento harmonioso da Uni-CV.